

ESCOLAS DO CAMPO

UMA QUESTÃO DE CIDADANIA





ESCOLAS DO CAMPO

uma questão de cidadania

FERNANDA SELEGUIM

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTEGRADO II

Instituto de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo (IAU-USP)

COMISSÃO DE APOIO PERMANENTE (CAP)

Prof. Dr. Aline Coelho Sanches Corato
Prof. Dr. David Moreno Sperling
Prof. Dr. Joubert Jose Lancha
Prof. Dr. Lucia Zanin Shimbo (orientação)

COORDENADOR DO GRUPO TEMÁTICO (GT)

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

São Carlos, Novembro de 2019

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S464e Seleguim, Fernanda
Escolas do campo - Uma questão de cidadania /
Fernanda Seleguim. -- São Carlos, 2019.
105 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Escolas do campo. 2. Escola rural. 3.
Assentamentos rurais. 4. Educação do campo. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

ESCOLAS DO CAMPO

UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

FERNANDA SELEGUIM

Trabalho de Graduação Integrado apresentado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP – Campus de São Carlos.

BANCA EXAMINADORA:

CAIO SANTO AMORE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (IAU-USP)

LÚCIA ZANIN SHIMBO

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (IAU-USP)

MANOEL RODRIGUES ALVES

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (IAU-USP)

APROVADA EM: 05/12/2019

RESUMO

O conceito de Escola do Campo tem raiz na luta dos movimentos sociais, em especial a do **Movimento dos Sem Terra**, pelo acesso, não só à educação, mas a uma educação adequada à sua realidade - historicamente negado aos povos do campo: agricultores rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc. Se diferencia das escolas rurais comuns porque estas não contemplam em seu currículo **matérias ou atividades sensíveis e apropriadas para seu modo de vida**. É portanto um conceito fluido, com proposta pedagógica adaptável, sem definição rígida, devendo se adequar **de acordo com cada povo, com cada cultura e modo de vida a que se destina**.

O presente trabalho propõe-se a analisar como esse conceito, que é pedagógico, pode ser pensado do ponto de vista da Arquitetura. Como a construção ou não-construção de espaços pode favorecer um modo de ensino não-tradicional, pautado no contato com a natureza. Para isso, utiliza um estudo de caso em um assentamento rural de reforma agrária em Ribeirão preto, no estado de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

À minha família e aos meus amigos por acreditarem em mim mais do que eu mesma, por todo apoio, e por todo incentivo ao longo desses anos de graduação e ao longo da vida inteira.

Ao meu pai, por me lembrar de respirar profundo.

À minha mãe, por todo o zelo e fortalecimento em absolutamente todos os momentos que precisei.

À minha vó, por todas as suas orações.

Ao Leandro, que esteve ao meu lado e acompanhou cada trabalho ao longo de todos esses anos, pelo companheirismo.

À Juliana, pelo cuidado e carinho que sempre teve comigo.

Ao Bruno, meu irmão, por me ensinar o significado de amor incondicional.

Aos meus amigos de Limeira - André, Gustavo e Raíssa - por entenderem todos os momentos em que não pude estar presente.

Aos meus amigos de São Carlos - Luana, Felipe, Luiza, Amanda, Giulia e meninos do prédio - por tornarem essa jornada muito mais leve.

Ao meu grupo de TGI - Lucas, Isadora e Vanessa - pelas conversas, risadas, amizade e pela convivência maravilhosa que tivemos.

Aos meus orientadores - Akemi Ino, Lúcia Shimbo e Manoel Alves - por acreditarem no potencial do meu trabalho, e terem exigido o máximo de mim.

QUESTÕES 14

TERRITÓRIO 34

PROJETO DE ESCOLA
DO CAMPO 60

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS **104**

QUESTÕES

Reflexões Coletivas 18

1. Territorialidade Rural 22

2. A Questão da permanência 26

 2.1 A importância econômica da contenção do êxodo 26

 2.2 O papel da educação na permanência de jovens 28

3. Escolas do Campo 30

 3.1 A escola como instrumento de democratização 30

 3.2 A proposta do MST 32

TERRITÓRIO

4. Ribeirão Preto 36

 4.1 A questão agrária em Ribeirão Preto 36

 4.2 Leituras territoriais 38

5. O PDS da Barra 48

 5.1 Contexto histórico 48

 5.2 Panorama Atual 52

PROJETO DE ESCOLA DO CAMPO

6. Sistema de educação e renda	62
7. O conceito aplicado à arquitetura	
7.1 A escolha do lote	68
7.1 Referências projetuais	74
Proposta construtiva	76
7.3 Processo projetual	76
7.4 Implantação	82
7.5 Programa	88
7.6 Planta baixa	94
7.7 Renderizações	98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

QUESTÕES





Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola

O povo camponês
O homem e a mulher
O negro quilombola
Com seu canto de afoxé
Ticuna, Caeté
Castanheiros, seringueiros
Pescadores e posseiros
Nesta luta estão de pé

Cultura e produção
Sujeitos da cultura
A nossa agricultura
Pro bem da população
Construir uma nação

Construir soberania
Pra viver o novo dia
Com mais humanização

Quem vive da floresta
Dos rios e dos mares
De todos os lugares
Onde o sol faz uma fresta
Quem a sua força empresta
Nos quilombos nas aldeias
E quem na terra semeia
Venha aqui fazer a festa

Não vou sair do campo
Gilvan Santos



REFLEXÕES COLETIVAS

Introdução¹

O principal **fator que une o grupo** é o interesse em investigar as dinâmicas estabelecidas nas periferias, sendo elas de cunho social, ambiental ou econômico; a partir dessa afirmação abre-se espaço e critério para a busca de um território. Tendo essa informação como base, nos deparamos com o PDS da Barra na cidade de Ribeirão Preto/SP que se mostrou como um lugar propício para a investigação científica, uma vez que estabelece uma dinâmica na organização socioespacial local muito interessante por se portar como polo de resistência da luta de classe, além de ser protagonista de conflitos sociais pungentes tanto no tocante das periferias urbanas quanto nas questões agrárias que ainda estão em aberto no Brasil. Ou seja, **escolhemos o PDS da Barra** pois ela reúne em uma micro escala – regional – todos os embates de classes que estão em voga atualmente no Brasil.

O PDS da Barra, é um assentamento rural situado na **periferia espacial e socioeconômica de Ribeirão Preto**, próximo ao limite municipal nordeste; porém falaremos especificamente sobre o assentamento mais adiante pois, uma vez que ela é fruto de lutas sociais inerente ao proletariado rural, primeiro é preciso esclarecer sobre a questão agrária de maneira geral.

O conceito de justiça espacial²

O termo Justiça Espacial abrange uma grande ideia e apresenta **dificuldades de compreensão**. Primeiramente, deve-se levar em consideração o termo justiça como algo sem fim, um meio, **algo em processo**. Uma complexidade de se lidar com esse termo é que ele se aplica à sociedade e ela por si só não é algo estático e definido e sim heterogêneo e conflituosa. Algo pode ser justo para uma parcela da população e a mesma coisa pode não ser justa para outra. Essa questão se evidencia muito na **luta pelo espaço**.

“Estudar a justiça espacial não é julgar segundo critérios morais tal organização espacial ou tal política, mas analisar as consequências da organização do espaço em termos de justiça e de injustiça sociais ao mesmo tempo em que as consequências das injustiças sociais sobre a organização do espaço.”

Philippe Gervais - Lambony, A Justiça espacial, experiências e pistas de pesquisa.

O espaço é produto social, tal como defende Henri Lefebvre. É político e ideológico e pode reforçar certas “justiças” ou “injustiças”. Ele pode ser moldado e projetado a fim de ser mais benéfico para todos ou não, justamente o

1. Textos da base coletiva

2. Textos da base coletiva

contrário, ser exclusivo e destinado à uma parcela da sociedade. Assim, a cidade se forma a partir destes espaços, idealizados para certas pessoas e **segregando ou não a sociedade** que ali vive.

Dado isso, vem o questionamento do que é “justiça social”? Existem algumas teorias sobre esse conceito, a mais clássica delas é a de John Rawls, que defende que justiça social está ligada à igualdade, **equidade**, baseada em decisões que beneficiem sempre os mais fracos. Rawls, de certa forma, generaliza a questão de justiça, por isso foi muito criticado pois estamos frente a um mundo onde se há uma gama enorme de culturas e heterogeneidades. De fato, é pertinente se questionar do fato de um mundo mais igualitário pode, muitas vezes, significar menos tolerância ao diferente e vice-versa. Dai vem a teoria de Iris - Marion Young, para contrapor a de Rawls. Young parte do ponto da identificação das injustiças que certos grupos sociais sofrem. Para ele é a partir da **concordância entre grupos sociais que surge a noção de “justiça”** e não de um ideal abstrato, o que é basicamente a teoria de Rawls. Vale ressaltar que para Young existem cinco formas de opressão:

- 1- Exploração gerada pelo sistema capitalista;
- 2- Marginalização dos “excluídos da sociedade”;
- 3- Ausência de poder;
- 4- Imperialismo cultural;
- 5 - Violência.

Por fim, o nosso teórico Harvey não está de acordo com a oposição de Young para com a universalidade. Harvey acredita que o universal é o capitalismo e que a partir dele se geram todas as formas de injustiça presentes hoje. Acrescenta uma sexta forma de opressão, o **descaso** com o que nossas ações podem causar a outros grupos em outros espaços. O

3. **Autoria:** Vanessa Sartori Rodi

que é define basicamente uma das maiores injustiças do capitalismo atualmente, a individualização e falta de empatia dos grupos e culturas umas com as outras e isso produz uma tremenda injustiça espacial.

Outro ponto importante a se levar em consideração para noção de justiça espacial é referente à **escala a qual estamos aplicando e analisando**. Pensarmos justiça espacial em uma escala macro, urbana é completamente diferente de pensá-la na escala do espaço público. Ações para cada uma dessas escalas é diferente e requer debates específicos, se não corremos o risco de obter o efeito contrário de justiça espacial. A escala é importante ser analisada não somente do ponto de vista espacial mas sim de entidades geradoras ou não de injustiça. Por exemplo, a escala governamental e do estado que exerce uma manipulação e disputa de poder que abrange escalas espaciais absurdas. Percebe-se que as escalas são produzidas por atores sociais e políticos, principalmente, cada um atuando em prol de seu objetivo.

Como diz Young “Estruturas e processos de tomada de decisão no nível local tendem, frequentemente, a criar e agravar a injustiça”. Em suma, percebe-se a importância de levar em consideração a **pluri dimensionalidade da justiça social que se reflete na justiça espacial** por seus atores e suas diferentes escalas de atuação.

O direito à cidade³

A ideia de mercadoria da Revolução Industrial perpetua até os dias de hoje. Temos a cidade, o **espaço como produto que se reflete na propriedade privada**, elemento que contribui para o processo de a

acumulação do capital. A partir do momento que o indivíduo tem acesso à moradia (propriedade privada), os espaços (“públicos”) adjacentes a ela são pensados para suprir as necessidades dos habitantes ao redor. Necessidades essas entendidas pela **lógica do capital**, portanto com finalidades de consumo. A relação casa/espço público – privado; espaço de trabalho / espaço de lazer se estende do bairro para a metrópole. Assim, o espaço cria meio e produto de determinadas práticas socioespaciais que definem quem irá utilizar aquele espaço, quando e como. A produção e reprodução do espaço sob a perspectiva do capitalismo é social enquanto a sua apropriação é privada. Temos assim a sobreposição de morfologia social (divisão de classes) e morfologia espacial (segregação da cidade por meio da propriedade privada, gerando concentração de riquezas).

Tendo em vista esse cenário, temos a cidade contemporânea capitalista como geradora de **espaços segregados** que negam a essência da vida urbana, da coletividade e da vida social. Dissociando o indivíduo cidadão da cidade, como se ele não fizesse parte daquilo e utiliza-se dos espaços públicos somente para sua subsistência e necessidade de sobrevivência no meio urbano. Apesar disso, o espaço é também **locus de luta e resistência**. Como lembra Lefebvre, “é o campo da espontaneidade, daquilo que escapa e se contrapõe a este mundo de mercadorias e imagens.”

“A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. “pág. 14 de *Direito à Cidade* de Henri Lefebvre. “**A favela entra em colisão com o canteiro de obras global**, assimetria atroz que só pode ser interpretada como uma maneira gritante de confronto de classes” David Harvey

Importante ressaltar em que âmbitos **a desigualdade socioespacial nega o direito à cidade**. Ela ocorre principalmente na esfera do habitar e na da infraestrutura urbana. Habitar não como moradia, pois o morar por si só não garante esse direito, mas sim onde você exerce a sua cidadania, onde pode expressar sua identidade, seu sentimento de pertencimento, de raízes. Lefebvre acredita que o habitat “se trata do suprimento da necessidade de habitação do indivíduo para sua sobrevivência, enquanto que o habitar constitui a apropriação - no plano individual, da habitação.” A infraestrutura por sua vez ela faz parte da esfera do habitar e é elemento fundamental para garantir o direito à cidade pois interliga os sistemas urbanos e possibilita o acesso a eles.

Afinal, de que se trata o direito à cidade? Ele “significa o **direito dos cidadãos – cidadãos e dos grupos que eles constituem** (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de troca”. Além disso, “legitima a recusa dos sujeitos em se deixar afastar da vida e dinâmica urbanas, por uma organização segregadora e discriminatória, bem como estipula o direito de encontro e de reunião. Desse modo, os lugares e objetos vêm responder a certas necessidades (a de uma vida social e de um centro) e funções (como a simbólica do próprio espaço)” (LEFEBVRE, 2008, p. 31-32).



1. TERRITORIALIDADE RURAL

O desenvolvimento da história espacial do capitalismo, segundo ACSELRAD, GUEDES e JABACE (2015, p.08) passou por dois momentos: “o da **busca de novos horizontes**, fronteiras e localizações para a acumulação de riqueza; e o da **transformação de espaços pré-existentes**, no qual formas não-capitalistas foram desestruturadas, extraindo-se delas terra, trabalho e recursos naturais para serem incorporados aos circuitos da grande produção comercial.” Desse modo, a expansão do mercado e do capital significa, ao mesmo tempo e mais concretamente, uma expansão também territorial, que se apropria não apenas fisicamente da terra mas também da força de trabalho da população camponesa. Tal avanço do capital sobre o habitat rural é o principal argumento utilizado pelos autores favoráveis à ideia de que **não há mais lugar para o camponês no futuro da sociedade**. Isso porque, segundo Oliveira (2004, p.08), “...a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta para apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados).” Mas, ainda segundo o autor, esse pensamento se constitui como um **equívoco** a medida que nega a própria concepção marxista sobre a sociedade de classes. Segundo Marx, em O Capital:

“Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portan-

*to, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as **três grandes classes da sociedade moderna**, que se baseia no modo de produção capitalista.”*

Logo, ainda segundo o autor, a teoria do desaparecimento do campesinato é construída sobre bases de uma concepção ideológica equivocada de uma sociedade capitalista baseada apenas no **antagonismo entre burguesia e proletariado**. Essa erroneidade conceitual se dá porque, contraditoriamente, o mesmo sujeito pode pertencer a mais de uma classe na cadeia, e isso gera dúvidas sobre a possibilidade de que exista um **camponês independente desse sistema**. Em um primeiro caso, o qual Oliveira (2004, p.42) chama de “territorialização do capital monopolista na agricultura”, o capitalista industrial, o latifundiário e o capitalista da agricultura são a mesma pessoa, e fazem no campo uma “reprodução ampliada do capital” ao levar a lógica de trabalho assalariado das cidades para o campo, contratando funcionários majoritariamente advindos do urbano para trabalhar nas suas plantações; Em um segundo caso, o qual chama de “monopolização do território” o latifundiário e o proletariado são a mesma pessoa, camponeses que **detêm terras e que também trabalham nelas**, mas submetidos ao capitalista industrial, que é quem compra seus insumos, portanto quem provém a renda para sua família, mas que, ao mesmo tempo, de quem também depende para obter suas matérias primas de trabalho (ração, de-

fensivos agrícolas, etc.)

Um dos mais notáveis autores defensores da **teoria do desaparecimento do campesinato** é José Graziano da Silva (1997). Para o autor, “...o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.” (GRAZIANO, 1997, p.01). De modo que, ao adotar atividades não-agrícolas ou urbanas, o campo passa por um processo de **descaracterização**, fazendo que cada vez mais seja difícil distinguir a diferença entre um e outro território. Em outras palavras, o que ocorre é um “processo de integração subordinada do campo à cidade no qual a contradição entre estes polos se anularia pela passividade do primeiro em relação à influência do segundo.” (VALADARES, 2014, p.22). Na concepção de Graziano, a classe camponesa foi superada pelo desenvolvimento capitalista, e para provar sua teoria necessita transformar o camponês “em um nada social, ou melhor, em um quase “mecânico”, um quase operário. Ou, como já afirmaram outros, em outros tempos, **“o camponês é um trabalhador para o capital”.**” (OLIVEIRA, 2007, p.47). É necessário, entretanto, colocar os pés no chão e encarar o fato de que existe uma classe inteira de pessoas lutando e resistindo para existir enquanto campesinato

A corrente de pensamento que nega a existência da classe camponesa, entre outras bases, também é estruturada em levantamentos oficiais sobre a evolução populacional dos dois territórios, dados esses que demonstram e consolidam cada vez mais a ideia de que o rural está se retraindo. Entretanto esse argumento se apresenta como um ponto passível de ques-

tionamentos e críticas uma vez que os critérios adotados na classificação espacial do que é rural, e do que é urbano, para Valadares (2014, p.07), “subestimam – e invisibilizam –, em suas reais dimensões e problemas, **o espaço rural e a população nele estabelecida.**”

*“A atribuição de assinalar estes limites ligou-se desde [a Constituição de 1946] às prefeituras e câmaras municipais. Contemporaneamente, a **variedade de interpretações** que baseiam esta distinção ganhou expressão nos critérios diversos – ou na ausência de menção a eles – que informam as leis de perímetro urbano: de competência municipal, consagrada pelo Art. 30 da Constituição Federal, são estas leis que definem, para quaisquer fins, a área urbana de um município, e a demarcação da área rural.”* (VALADARES, 2014, p.08)

Deste modo, por definição, passou a ser entendido como rural o território que se apresenta como área excluída da linha que demarca o perímetro urbano. A partir desse método classificatório derivam diversas problemáticas. Uma delas, é que a cada vez que se expande essa linha de perímetro urbano, uma parcela inteira do território deixa de ser classificada como rural, sem que necessariamente haja uma **mudança no modo de vida** daquela população. Isso significaria que o Brasil é muito mais rural do que demonstram os dados, e que a retração do campesinato não está sendo dimensionada corretamente já que ocorre de forma mecânica e técnica, não humana ao considerar o modo de vida típico populacional.

Além disso, municípios inteiros são classificados como urbanos sem de fato ter atingido uma população significativa de habitantes. O “Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001, Art. 41, I), ao desobrigar os municípios com menos de 20 mil habitantes de elaborar plano diretor, consagra este patamar como a dimensão

populacional mínima compatível com um município de características urbanas.” (VALADARES, 2014, p.11). No entanto 70% dos municípios, e consequente metade do território brasileiro, não atende esse mínimo populacional, de modo que sua classificação como área urbana seja passível de questionamentos. Ainda segundo Valadares (2014, p.11) “apenas 1,5% deles seria “urbano” de acordo com o critério da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estabelece em 150 hab./km² a densidade demográfica mínima para uma unidade territorial receber tal classificação.” A partir do questionamento sobre o método de classificação territorial, o que se pretende é, sobretudo, demonstrar a existência de um **urbanocentris-mo exagerado** e sinalizar a artificialidade na concepção que se tem sobre a realidade do território brasileiro.

Mesmo essa segunda corrente de pensamento, representada por José Veiga em seu artigo intitulado “Nem tudo é urbano” é passível de inúmeras críticas. Primeiramente, para Oliveira (2007, p.52), “o caminho percorrido por José Eli da Veiga não se sustenta do ponto de vista teórico, nem do histórico. É óbvio a qualquer estudioso da questão urbana que **o Brasil está definitivamente urbanizado**. Isso não quer dizer que desapareceram as diferenças entre o urbano e o rural, ao contrário, elas tornaram-se mais complexas.” Em segundo lugar, continuando o raciocínio, ainda “fica flagrante o desconhecimento do autor sobre o debate da Geografia Urbana brasileira nos últimos trinta anos, particularmente aquele relativo ao conceito de cidade.” (OLIVEIRA, 2007, p.53). O fato é que a discussão é demasiadamente extensa, e não cabe a este trabalho ter a ambição de tentar solucionar todas as contradições entre elas, porém uma contextualização fez-se necessário frente à temática do grupo e alguns comentários tecidos sob orientação em sala de aula.

Por fim, assume-se aqui a postura defendida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira em seu livro intitulado “O campo no século XXI” em que, após discorrer sobre diversas vertentes de pensamento e pontuar suas qualidades e suas falhas, conclui que:

*“...o território deve ser apreendido como **síntese contraditória**, como **totalidade concreta** do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em **três classes sociais fundamentais**: proletariado, burguesia e proprietários de terra.”* (OLIVEIRA, 2007, p.40)

Ou seja, mais importante do que a discussão sobre quem ou qual teoria está correta, já que possivelmente nenhuma está com a razão em sua totalidade, é o entendimento sobre a relação contraditória existente entre os dois territórios, a dinâmica que os une e as particularidades que os separam, sem negar o fato de que o campesinato existe enquanto uma das classes da sociedade capitalista, e “...que esse processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização, **tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo**, entre o rural e o urbano ficando-os numa unidade dialética. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma **unidade contraditória**.”



2. A QUESTÃO DA PERMANÊNCIA

2.1 A importância econômica da contenção do êxodo

A permanência rural se apresenta como uma grande e **contraditória questão**: o interesse em proporcionar boas condições de bem estar social e a permanência no campo, o estancamento do êxodo, é além de uma questão humana, uma questão também econômica, de modo que sua negligência a favor do capital causa desequilíbrio no próprio capital. Isso porque a produção agrícola ocupa posição de destaque na economia brasileira, e uma grande parte das riquezas nacionais geradas pelo chamado agronegócio é proveniente não do grande latifundiário exportador, e sim também do pequeno produtor. A **Agricultura familiar** possui apenas 14% dos créditos financeiros e 24% da proporção de terras, mas produz cerca de 70% dos alimentos que permanecem no Brasil para consumo interno, e representa 74% da mão de obra do campo, ou seja, com menos crédito e menos espaço, é o **maior produtor e tem a maior empregabilidade do campo**. (CARVALHO, 2015). O fato é que os dados resultantes do cálculo oficial do PIB não são individualizados quantitativamente por categorias, de modo a ser dificultado o acesso e conhecimento dessa significativa e real contribuição do agricultor familiar para economia.

*“...diversas entidades, centros e institutos de pesquisa divulgam estimativas sobre a importância do agronegócio para a economia brasileira. Um dos mais respeitados é, sem dúvida, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), ligado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP). O Cepea divulga mensalmente o PIB do agronegócio, considerando este como a soma de quatro segmentos: (a) insumos para a agropecuária; (b) **produção agropecuária básica** ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”; (c) agroindústria (processamento); (d) distribuição.” (CARVALHO, J., 2015, p.138)*

Fica evidente, portanto, a importância da categoria à economia brasileira e, consequentemente, a urgente necessidade de **estancar seu êxodo**, que só se faz acelerar devido ao abandono evidente do poder público às suas necessidades básicas, não só de moradia, como também de infraestrutura e qualidade de vida. Para Valadares et al. (2016, p.61) diante dos fatos, é quase natural que nunca cesse totalmente o processo de migração campo-cidade, já que a população, cansada e com tantas “faltas”, busca uma **condição mais digna de vida**, com mais fácil acesso à saúde, educação e às novas tecnologias. Sendo assim, nesta dicotomia campo versus cidade, o rural geralmente aparece como símbolo do atraso; a cidade, ao contrário, o lugar do moderno, **O lugar para onde os jovens natu-**

ralmente querem ir”. (VALADARES et al., 2016, p.60). Permanecendo no campo, segundo o censo comum, ainda para o autor, apenas aqueles que não têm outra opção, de modo que o êxodo seja encarado como processo natural e sinal de progresso nacional.

*“...parte significativa do êxodo rural não é intrínseca ao processo de urbanização, mas explicada pelo **histórico de ausência do Estado no campo**, pela dificuldade de acesso aos serviços e às políticas públicas, e principalmente pela dificuldade de acesso à terra e à renda – questões diretamente associadas à estrutura fundiária dominante no país.”* (VALADARES et al., 2016, p.61)

2.2 O papel da educação na permanência dos jovens

A falta de acesso à infraestrutura básica tem reflexos diretos na **população mais jovem**, que cada vez mais quer e busca uma melhor qualidade de vida e qualificação profissional, bem como se sentir inserido no mundo moderno e nas novas tecnologias. Desse modo, se faz necessário estabelecer políticas específicas para **conter esse tipo particular de êxodo**, o da população jovem camponesa, visto a necessidade de que as novas gerações permaneçam no território rural para que possam substituir as anteriores nas atividades do campo. Para Silva (2014, p.14), em um país de dimensões continentais como o Brasil, a sobrevivência de um setor que está no centro do

desenvolvimento econômico como a produção agropecuária deveria ser foco de muito mais estudos do que os poucos que são empenhados hoje. Diz-se sobrevivência pois, de uma forma ou de outra, a produção necessita de mão de obra, e a mão de obra disponível é predominantemente rural. Além disso, para Peres (2003, p. 3) é quase contraditório que a problemática da permanência no campo seja uma questão negligenciada no planejamento das cidades, uma vez que poderia fazer parte de uma **estratégia de redistribuição populacional**, ordenando o fluxo de pessoas e, conseqüentemente, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes.”

“Diante de tal quadro, torna-se fundamental orientar investimentos que possibilitem a gestão e ocupação do território como um todo, sendo que a adoção de políticas que procurem melhorar a qualidade do meio rural - entendendo, principalmente, as transformações desse mundo - pode contribuir, de maneira decisiva, para seus espaços e, por conseguinte, reverter também a lógica dos principais problemas das grandes cidades.” (PERES, 2003, p.4)

Sendo assim, faz-se necessário uma análise rápida, porém mais detalhada, sobre um dos motivos pelos quais o jovem mais comumente **abandona o campo**, a questão da educação no campo, a fim de que, em seguida, se faça a proposição deste trabalho de graduação integrado. A relação contraditória entre campo e cidade estabelecida pelas práticas capitalistas, junto à falta de infraestrutura na área externa ao perímetro urbano, a área rural, cria

um **cenário de permeabilidade entre os dois territórios**, em que o camponês cotidianamente precisa se deslocar entre os dois ambientes para a realização de diversas atividades básicas. No caso do recorte específico da juventude rural, o maior elemento causador desse deslocamento é a escola. Diariamente essa população, sem acesso à uma formação dentro de seu próprio contexto cultural, precisa se deslocar à cidade para exercer seu **direito à uma educação pública**. O fato é que, dessa forma, esse jovem passa grande parte do seu dia imerso em uma rede de sociabilidade que em grande maioria não compartilha o mesmo modo de vida que o seu, o que em certa medida pode alterar suas aspirações pessoais e planos de vida, que pode passar a não estar mais inserido no campo com sua família, um ambiente, pelo senso comum, de atraso e retrocesso, e passando a ser uma vida na cidade, com mais oportunidades e perto dos amigos.

Os principais fatores determinantes para a permanência do jovem no campo, segundo pesquisa realizada por Valadares et al. (2016, p.82) são **“ver futuro na vida e no trabalho no campo”** seguido de “gostar do trabalho na terra, e se sentir satisfeitos com o produto de seus trabalhos”, de modo que uma escolaridade que ao contrário de afastar, **aproxime e qualifique** essa população para que ela dê continuidade para seu próprio modo de vida é imprescindível para a contemplação desses dois desejos principais. A opção “ter acesso a uma educação contextualizada com a realidade de vida” ficou em 13º posição entre as 16 alternativas, o que demonstra a deficiência sentida por esses jovens no que se diz respeito à adequação cultural da educação a que são submetidos. Outro dado que reforça essa hipótese diz respeito à uma outra abordagem da mesma pesquisa, ainda de Valadares et al. (2016, p.82), a qual avaliou e ranqueou as políticas públicas que mais estão contribuindo para a permanência do jovem no território rural. Ocupando o primeiro lugar, “29% das políticas mencionadas são experiências educacionais conduzidas pelo governo federal [...] ou por organizações sociais[...]. Devemos considerar que no Brasil, **país sem histórico de políticas públicas específicas para a juventude**, a educação talvez seja a que, com todas as deficiências, alcança melhor este público” (VALADARES et al., 2016, p.89).

É importante ressaltar uma divergência nos resultados apresentados quando restritos ao **público feminino** que, devido à divisão sexual do trabalho, ainda amplamente utilizada no campo, têm como os primeiros fatores determinantes para sua permanência no campo: “suas famílias precisam da ajuda delas no trabalho doméstico ou no cuidado” seguida por “pelo marido/companheiro”. Logo em seguida, no entanto, observa-se que possuem as mesmas aspirações dos homens.



3. EDUCAÇÃO DO CAMPO

3.1 A educação como instrumento de democratização

Dada a dimensão continental do território Brasileiro, há no país uma expressiva desigualdade social e de desenvolvimento bem como uma ampla variedade cultural e, justamente por isso, cada estado ou região possui diferentes particularidades e necessidades, e deve contar com suas próprias estratégias de políticas públicas adequadas para atender sua população, estratégias estas que precisam levar em conta fatores intrínsecos à localidade em que estão atuando, tais como: cultura, clima, costumes comportamentais específicos, história política, estatísticas sociais e, no caso específico do habitat rural, seu tipo característico de produção. No âmbito escolar, não é diferente: cada local deve contar com sua própria estratégia educacional adequada à sua realidade. Como já demonstrado, uma educação adequada à realidade do jovem pode garantir, além de sua permanência no campo, o alcance de melhores resultados produtivos beneficiados por uma melhor qualificação profissional. Além disso, mais do que apenas suprir a dificuldade do acesso à educação, a população rural necessita que esse acesso à escola se constitua espacialmente dentro do seu território, isto é, precisa de uma escola de fácil

acesso, que não seja um sinônimo de grandes trajetos diários, o que por sua vez se configura como um grave fator ocasionador de evasão.

“...observou-se em nosso estudo que a educação está sendo entendida pelos trabalhadores como um instrumento de capacitação para o trabalho, seja este na cidade ou no campo. O trabalho no campo é o que todos esses trabalhadores desejam; além da continuidade da cultura camponesa e da permanência do jovem no trabalho da terra.” (ANDRADE, 1997, p.251)

Ou seja, mais do que um espaço onde se aprende as matérias do currículo básico nacional, a escola quando no campo pode se tornar um forte instrumento de democratização e empoderamento da comunidade. Um local capaz de contribuir, por meio de um programa sensível de ensino, para a capacitação das futuras gerações, que por sua vez virão a interferir diretamente nos modos camponeses de realizar suas atividades e negociar a produção. A escola do campo tem a oportunidade de unir os jovens que compartilham a mesma realidade de modo que se orgulhem da sua origem e almejem poder cada vez mais e melhor contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da sua classe. Para Valente (2008, p.22), “é possível crer que a escola rural influencia e é influenciada pela comunidade, logo, está bem estruturada, tende a desenvolver o senso crítico do estu-

dante e envolver a família e a comunidade num processo de libertação da ignorância e da imposição de normas capitalistas.” Ainda segundo a autora, “...pensar a educação sob o ponto de vista da democracia e inclusão social, implica um compromisso explícito com o desenvolvimento local o que demanda uma forte inserção da estrutura escolar com a comunidade onde a mesma se situa.” No entanto, não é interessante ao sistema que as classes dominadas sejam formados de fato cidadãos, conscientes de seus direitos, conscientes de seu poder e de seu lugar dentro da sociedade capitalista, conscientes de sua própria subordinação. Não é viável ao dominador incentivar o pensamento crítico do dominado.

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (BARBOSA, 2007, apud VALENTE, 2008).

Deste modo, não por acaso, o panorama encontrado hoje nas escolas rurais do Estado de São Paulo, contexto no qual se pretende trabalhar é, ainda, bem diferente do que o idealizado pela população rural.

“Hoje o planejamento de rede para escolas rurais restringe-se ao agrupamento de alunos em um único prédio visando a otimização da ocupação das salas de aula existentes. A metodologia de ensino, avaliação e a grade curricular são iguais aos adotados para a escola urbana. O programa arquitetônico aceito para o prédio escolar rural, comparado para o aceito para a escola urbana, é discriminatório. Mesmo as escolas que receberam agrupamento não podem ser consideradas escolas completas, em relação à sua infraestrutura física, pois não possuem, ou têm subdimensionados, uma série de ambientes.” (MOREIRA, 2000, p.29)

3.2 A proposta do MST

“Entende-se por escola do campo aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e economicamente igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica da própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação”. (Concepções e princípios pedagógicos de uma escola do campo. Texto Base da I Conferência Nacional de Educação do Campo).

O conceito de Escola do Campo tem raiz na luta dos movimentos sociais, em especial a do **Movimento dos Sem Terra**, pelo acesso, não só à educação, mas a uma educação adequada à sua realidade - historicamente negado aos povos do campo: agricultores rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc. Se diferencia das escolas rurais comuns porque estas não contemplam em seu currículo **matérias ou atividades sensíveis e apropriadas para seu modo de vida**. É portanto um conceito fluido, com proposta pedagógica adaptável, sem definição rígida, devendo se adequar **de acordo com cada povo, com cada cultura e modo de vida a que se destina**. Para Queiroz (2011, p. 42), porém, é possível sintetizar os aspectos principais que norteiam a definição de educação do campo, umas das principais reivindicações e bandeira do MST, em 4 tópicos:

O primeiro, diz respeito à **terra e ao trabalho**. Uma escola do campo deve fazer a retomada histórica do processo de constituição do campesinato, conscientizando os jovens a **respeito das raízes** de seu respectivo

povo e sobre a atual realidade da posse de terra no Brasil, bem como “as características agrárias da sua região; a propriedade da terra na sua região; como tem se dado a Reforma Agrária no Brasil e na sua região.” (QUEIROZ, 2011, p. 42). A respeito da dimensão do trabalho, caberia à escola do campo transmitir aos seus alunos a análise a respeito da atividade produtiva praticada por eles, possibilitando o **pensamento crítico** a respeito dos aspectos relacionados à dinâmica do trabalho em uma sociedade capitalista - tanto no campo, quanto na cidade.

O segundo aspecto abordado pelo autor diz respeito às **identidades, lutas e organizações dos povos do campo**: “é preciso conhecer, reconhecer, resgatar, respeitar e afirmar a diversidade sociocultural dos povos que vivem/habitam no campo e do campo. Menționamos alguns, para exemplificar, mas cada Escola, a partir das suas realidades, deverá trabalhar este tema, ampliando e aprofundando esta **diversidade dos povos do campo**.” (QUEIROZ, 2011, p. 43). Segundo o autor, o resgate histórico das lutas, resistências, e de sua própria trajetória enquanto povo singular pode reestabelecer o sentimento de identidade e pertencimento, se articulando com o primeiro aspecto na busca de se reconhecer enquanto sujeito ativo na história política do nosso país.

O terceiro aspecto inerente a todos os povos dos campo seria o do ensino do **desenvolvimento sustentável**. Para o autor, a sustentabilidade econômica está diretamente relacionada à atividade produtiva, ao cooperativismo e redes de economia solidária. O respeito, manutenção, conservação e recuperação dos recursos naturais opor-se-ia ao modo capitalista de apropriação da natureza, uma vez que este “tem se revelado destruidora, desigual, injusta, inviável e por isso mesmo, **insustentável**.” (QUEIROZ, 2011, p. 44)

*“[...] para o trabalho com este tema nas Escolas do Campo, é imprescindível tratar o Desenvolvimento Sustentável de maneira historicamente situada (na realidade, local, territorial, nacional e mundial), tendo como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo, levando-se em conta um desenvolvimento economicamente justo e ecologicamente sustentável. Assim, nessa perspectiva de Desenvolvimento Sustentável se faz necessária a **radical crítica ao processo de desenvolvimento em curso**, nos vários aspectos: sustentabilidade econômica, ecológica, sócio-política e cultural.”* (QUEIROZ, 2011, p. 44)

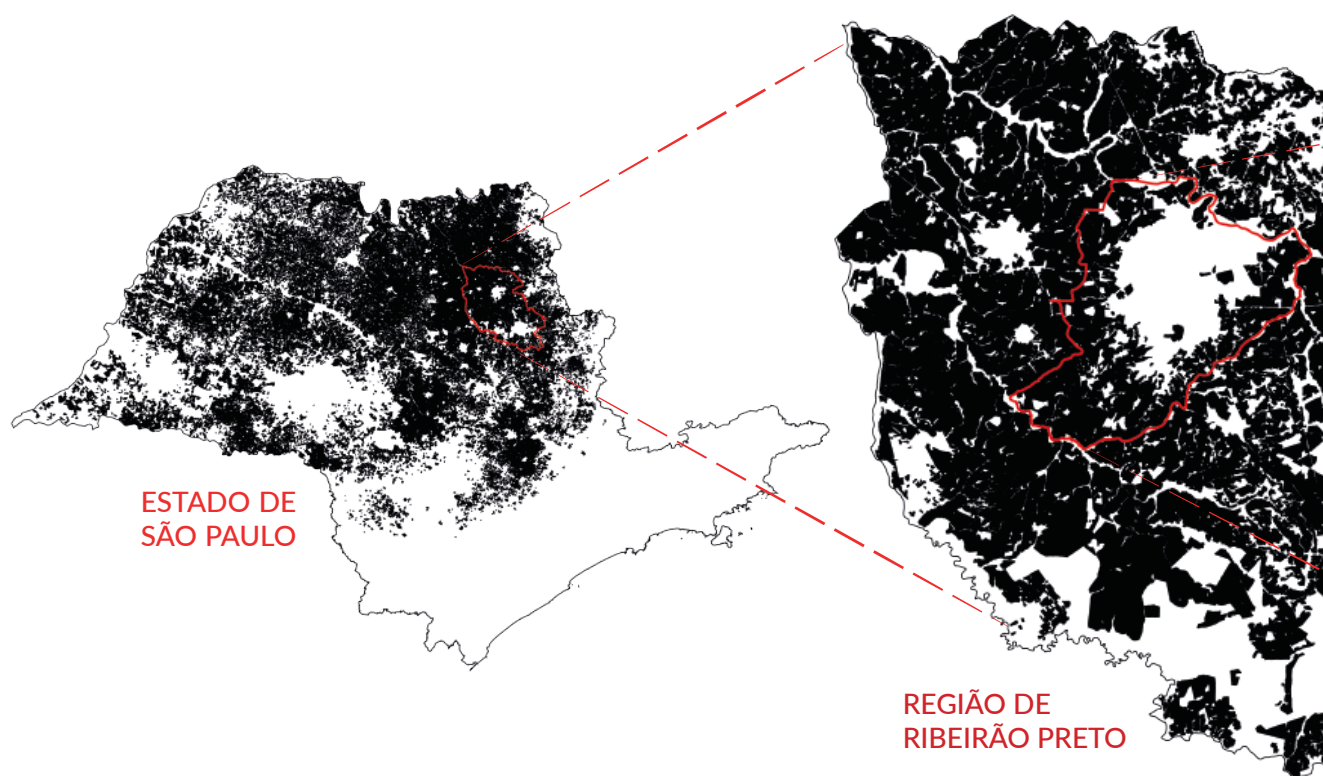
Por fim, o quarto e último aspecto que deverá nortear as escolas do campo do MST é o da **construção de cidadania**, reconhecendo, porém, a complexidade desta proposta, uma vez que o termo está em constante reconstrução, o que exige luta permanente. Para Queiroz (2011, p. 45) “Isso equivale dizer que os povos do campo, historicamente excluídos necessitam fortalecer suas lutas e organizações no caminho da construção da cidadania.” O autor, ainda, ressalta que Para isso se faz necessário “os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder”. (DIRETRIZES Art. 3º, 11, Apud QUEIROZ, 2011, p. 45). Para o autor, “a articulação dos direitos civis, políticos e sociais, na perspectiva dos povos do campo são conquistas fundamentais em direção à cidadania plena.”

TERRITÓRIO





4. RIBEIRÃO PRETO



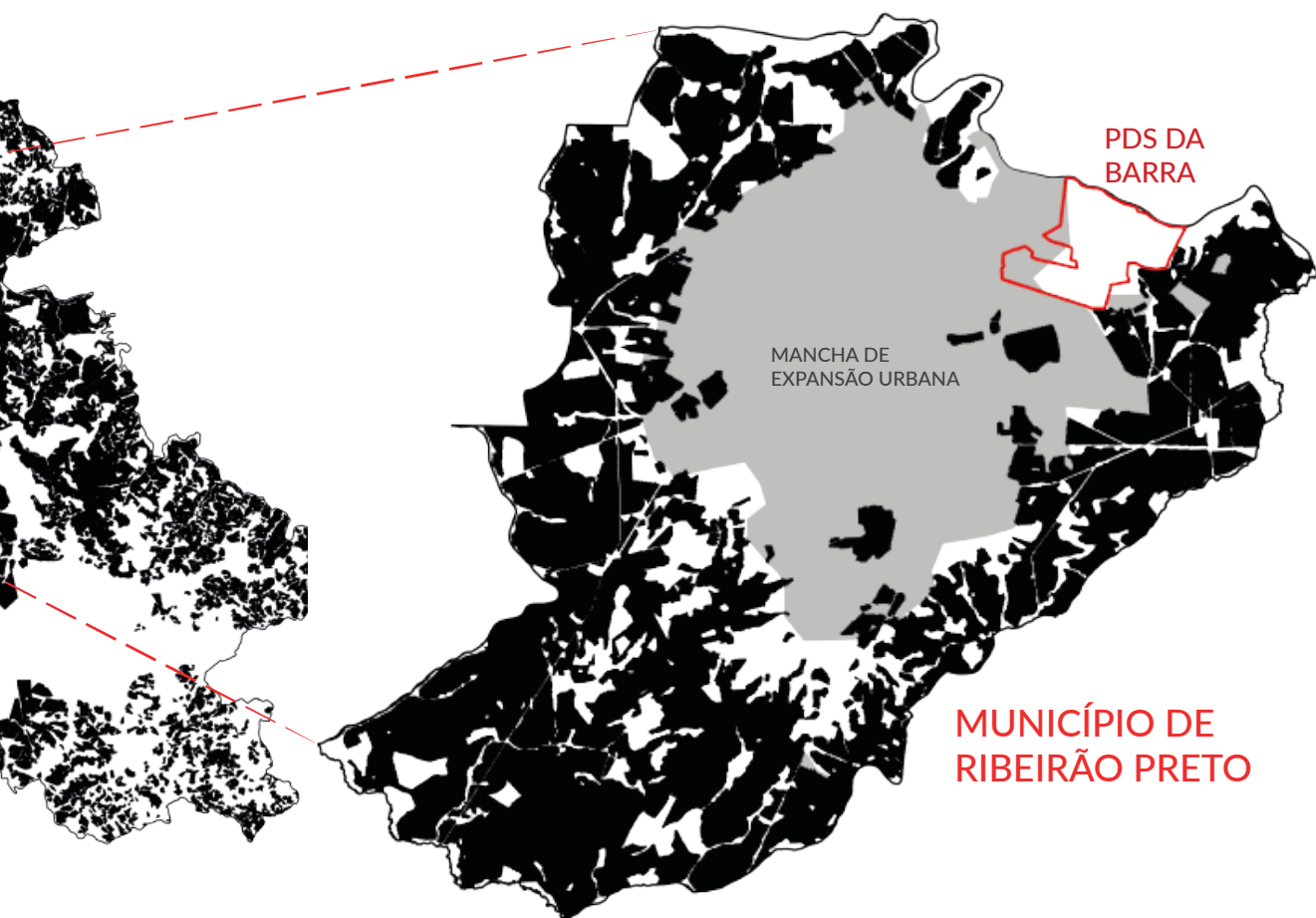
4.1 A questão agrária em Ribeirão Preto (SP)⁴

Com a **inauguração da ferrovia** (1883) em Ribeirão Preto, a região que até então era pastoril passou a receber colônias de imigrantes europeus para trabalhar em grandes fazendas de café e, dessa forma, entrou para o conjunto do **ciclo desenvolvimentista agrário** do Estado de São Paulo - e o modelo agroexportador norteou o desenvolvimento econômico da região, estimulando também o surgimento de comércio e a instalação de algumas fábricas voltadas ao setor rural.

A prosperidade da **produção cafeeira** se sustentou até meados dos anos de 1930, pois foi duramente afetada pela Grande Crise Internacional de 1929, e região também embarcou no espírito desenvolvimentista de Getúlio Vargas - que empenhou-se em dar fim à economia hegemônica agroexportadora - e buscou desenvolver as estruturas urbanas e ampliar os incentivos a instalação de indústrias e criação de vagas de emprego em setores urbanos.

4. Texto das base coletiva

5. Fonte: Rudor, B.F.T.; Aguiar, D.A.; Silva, W.F.; Sugawara, L.M.; Adami, M.; Moreira, M.A. **Studies on the Rapid Expansion of Sugarcane for Ethanol Production in São Paulo State (Brazil) Using Landsat Data**. Remote Sens, 2010, 2, 1057-1076.



Assim, em 1934, foi criada a Companhia Agrícola, Imigração e Colonização (CAIC), que era responsável por desmembrar os latifúndios cafeeiros decadentes e transformá-los em pequenas propriedades voltadas à policultura de mão de obra familiar e imigrante. A CAIC teve grande participação na **reestruturação fundiária de Ribeirão Preto e região**, mas segundo Sebastião Geraldo (2002, p.25 Firmiano, Frederico D., 2009, p.36), as pequenas propriedades também eram compradas pelos colonos diretamente dos fazendeiros com o dinheiro que haviam acumulado das sobras do salário ou recebiam parte da terra do patrão como pagamento de dívidas trabalhistas. Como resultado, a região passou por um breve período de diversificação da produção rural.

“Nesse contexto, as novas culturas passam a atrair capital e força de trabalho. O colonato [...] aos poucos é substituído por outras formas de relações no campo.” A maior parte dos trabalhadores passava a se ajustar às novas condições de produção do campo. Enquanto pequenos proprietários, meeiros e parceiros conviviam lado a lado com o grande latifúndio, outros trabalhadores

seguiram para as cidades da região, conformando o chamado **exército de reserva** necessário para a consolidação das novas bases produtivas da economia brasileira. No espaço urbano, ganhava corpo uma estrutura composta por comerciantes e prestadores de serviços ao lado de uma categoria de trabalhadores, ex-escravos remanescentes das lavouras de café (Geraldo, 2002, p.26 apud Firmiano, Frederico D., 2009, p.37)

Como resposta a crise energética iniciada em 1973 – como já mencionada anteriormente – o governo criou, em 1975, uma série de políticas públicas denominadas Proálcool para **incentivar a instalação de usinas sucroalcooleiras** para a produção de etanol. Em Ribeirão Preto, por decorrência dessas políticas, [...] acentuou a tendência de **concentração de capital pelos grandes proprietários e usineiros** [conferindo-lhes força política], influi no aspecto demográfico, promovendo movimentos migratórios para a região, acentuou o estabelecimento de novas formas de relações de trabalho. Influenciou no acesso à propriedade da terra, ao inviabilizar a sobrevivência dos pequenos proprietários e consolidou a monocultura da cana-de-açúcar [...] A região de Ribeirão Preto foi o centro preferencial do programa. Recebeu o maior volume de investimentos e absorveu maior grau de transformação no seu espaço econômico. (Geraldo, 2002, p.31 apud Firmiano, Frederico D., 2009, p.49)

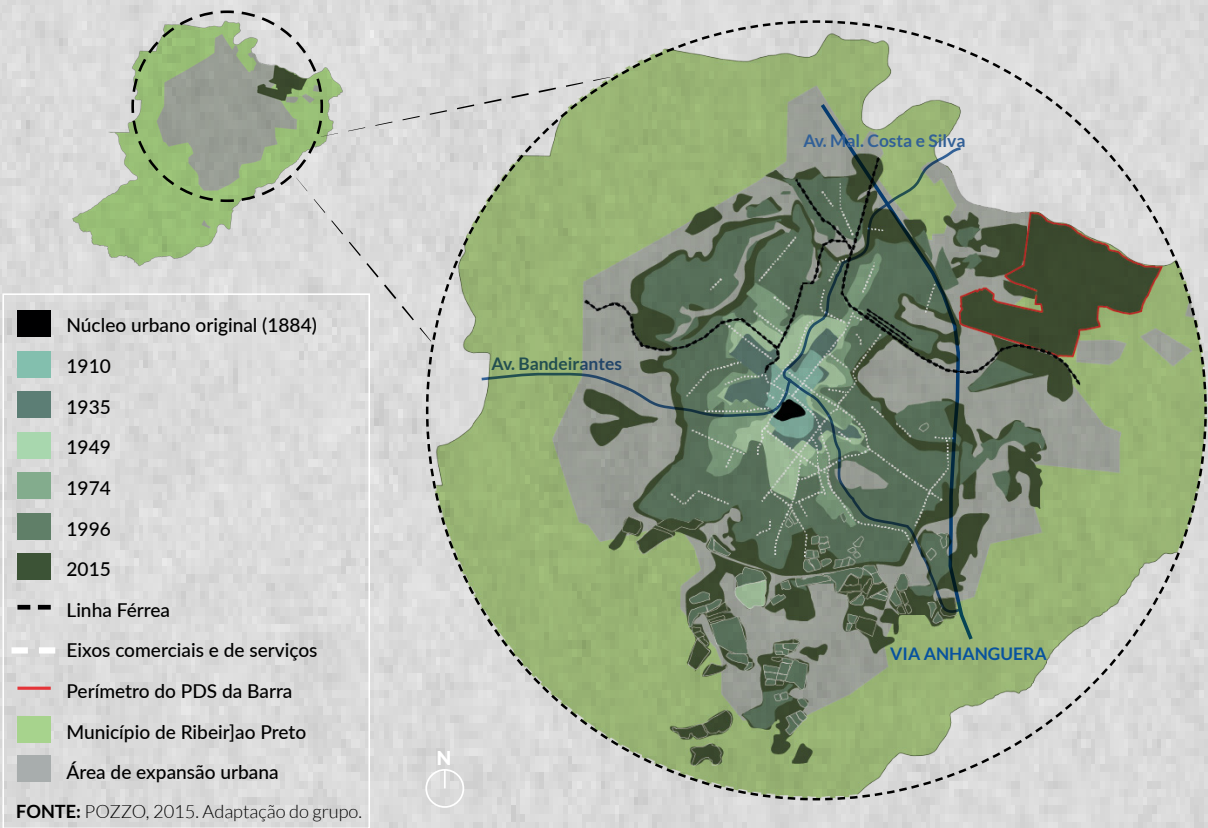
Nesse contexto de exploração, expulsão e expropriação tão latentes nas dinâmicas trabalhistas das Usinas Sucroalcooleiras, em 2003 a antiga fazenda da Barra em Ribeirão Preto/SP é ocupada por um grupo do MST. Depois de anos de luta pela posse da terra os acampados foram assentados em 2007 e local hoje é conhecido com PDS da Barra e abriga três grupos de movimentos sociais distintos – além do MST, estão assentados ali um grupo do MLST (Movimento e Libertação dos Sem Terras) e um grupo de camponeses sem bandeira).

4.2 Leituras territoriais⁵

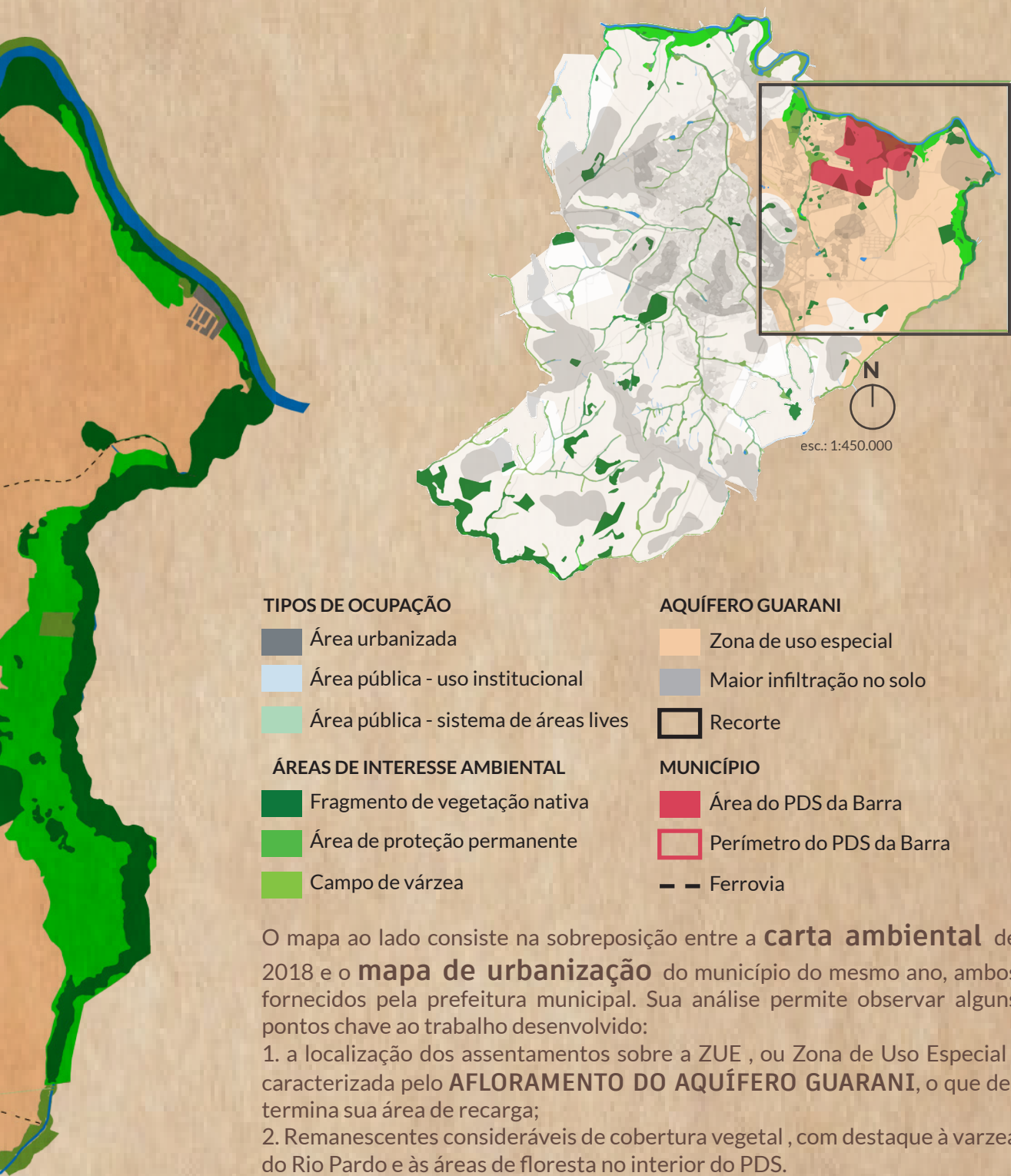
Como é possível observar no mapa a seguir, o crescimento considerável da malha urbana do município aconteceu entre a década de 70 e 90. Zamboni (2019, p. 05) classifica esse espraiamento como pautado pelo Plano Viário municipal, que integrou o centro com os principais eixos rodoviários da região, como a Rodovia Anhanguera. O plano estabelecia vias radiais ligando o centro histórico do município em direção à periferia. Já a região à leste da rodovia Anhanguera, local do objeto de estudo, só veio a sofrer transformações nos últimos 20 anos. Até o final dos anos 90, tinha uma ocupação esparsa, com a presença de chácaras de fim de semana e algumas poucas indústrias, rodeadas quase que inteiramente pela produção de cana. A partir de então, na medida em que houve uma retração da cana, foram se abrindo vetores de urbanização com a construção de novos loteamentos populares e alguns condomínios de alto padrão. Já nos últimos 5 anos, o processo de expansão se renovou, agora pela construção de condomínios de apartamentos MCMV destinados à classe média.

5. Texto da base coletiva

expansão urbana da cidade de Ribeirão Preto (1884-2015)



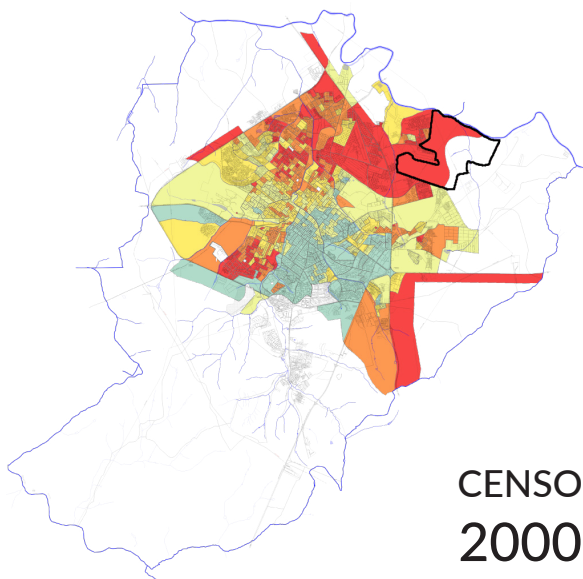




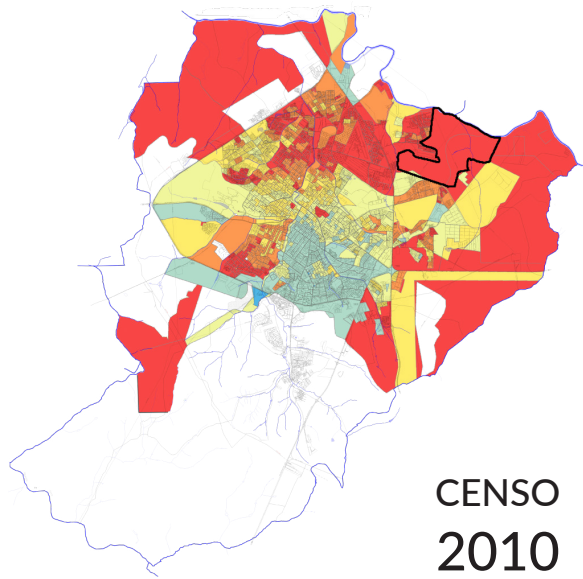
O mapa ao lado consiste na sobreposição entre a **carta ambiental** de 2018 e o **mapa de urbanização** do município do mesmo ano, ambos fornecidos pela prefeitura municipal. Sua análise permite observar alguns pontos chave ao trabalho desenvolvido:

1. a localização dos assentamentos sobre a ZUE , ou Zona de Uso Especial , caracterizada pelo **AFLORAMENTO DO AQUÍFERO GUARANI**, o que determina sua área de recarga;
2. Remanescentes consideráveis de cobertura vegetal , com destaque à varzea do Rio Pardo e às áreas de floresta no interior do PDS.
3. A presença de um **grande número de áreas públicas** no interior dos loteamentos, sejam elas verdes ou institucionais.

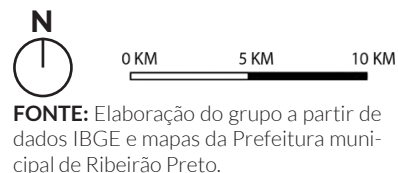
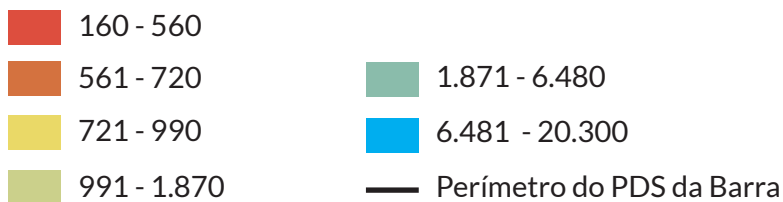
evolução do rendimento médio per capita (censo 2000 e 2010)



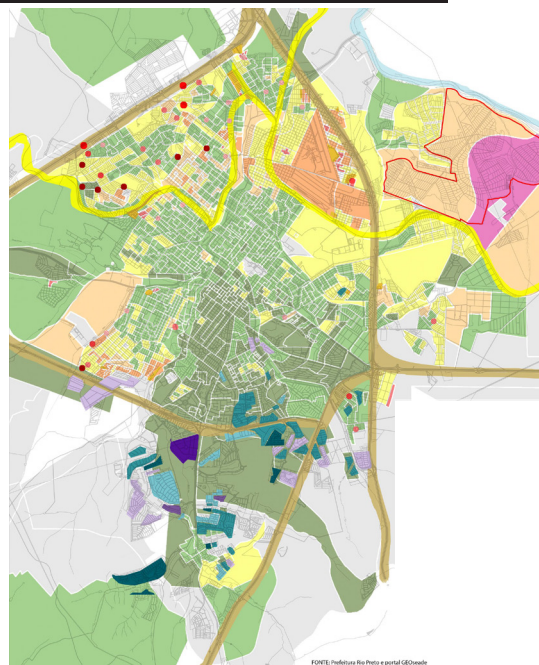
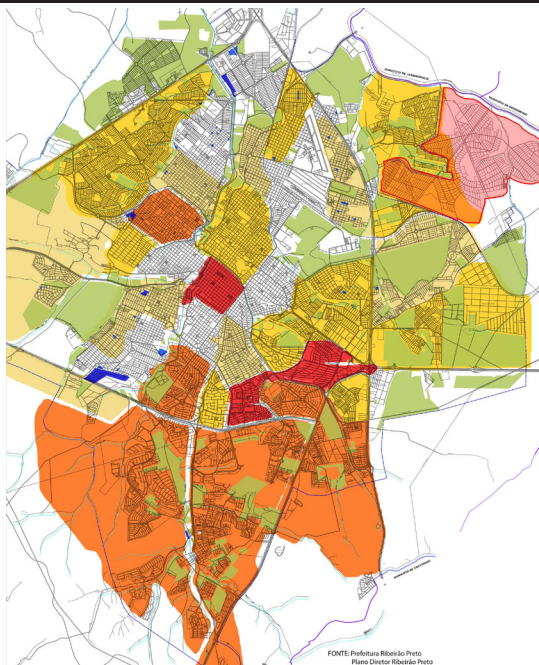
CENSO
2000



CENSO
2010



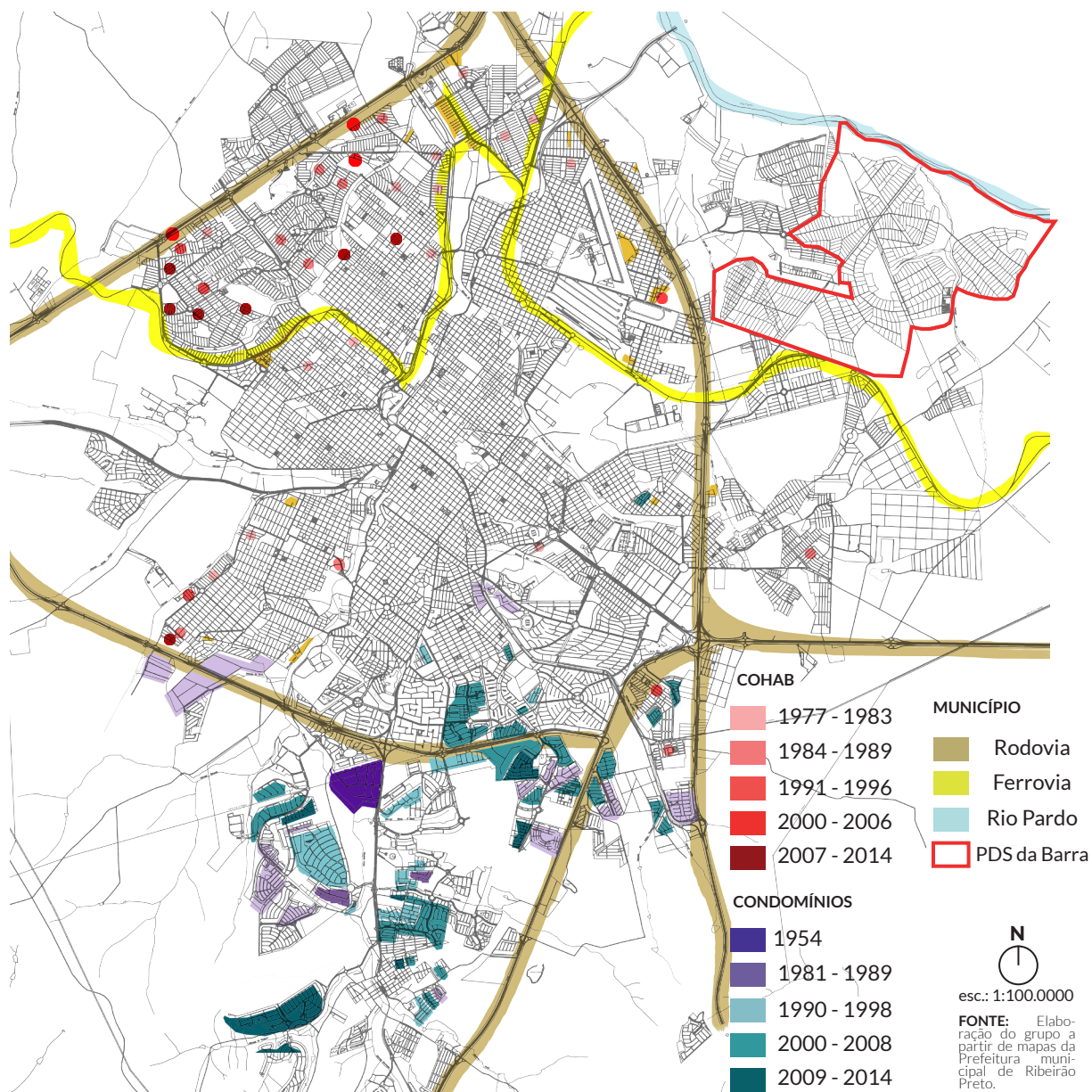
Valorização imobiliária e vulnerabilidade social



ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL

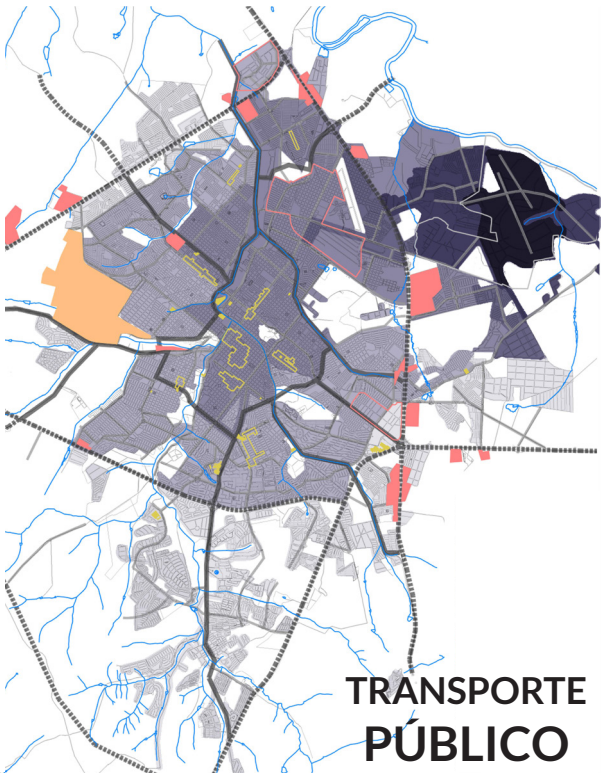
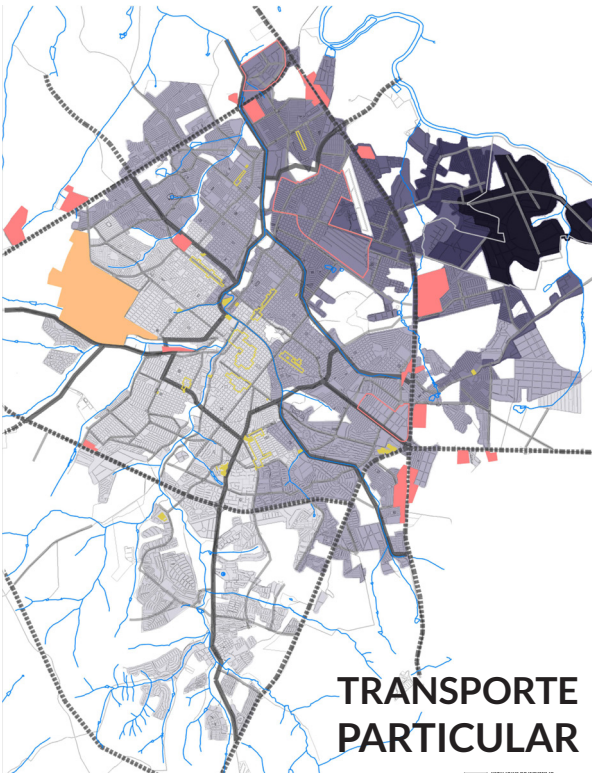


condomínios fechados e HIS em Ribeirão Preto



A partir das questões levantadas e das leituras, vimos que a zona leste de Ribeirão Preto, assim como muitas periferias brasileiras, se caracteriza como um **local extremamente fragmentado**. Nela coexistem territórios muito distintos e desarticulados entre si. A região também se coloca como uma nova **fronteira de expansão imobiliária**, com o surgimento nos últimos anos de novos empreendimentos, requalificação de vias e uma vontade política de flexibilização sobre a legislação de uso e ocupação na área. Apesar da questão ambiental, que deveria restringir a ocupação na área, vê-se novamente que o poder público age em prol dos interesses privados de atores econômicos. Mesmo assim, os assentamentos do PDS da Barra se apresentam como um contraponto, pois ainda têm uma presença forte na região, o que constitui um obstáculo para a valorização da área. Sua existência impacta as relações locais nos bairros e, apesar da enorme **dificuldade de acesso** pelas distâncias e falta de infraestrutura, os assentados ainda estão relativamente próximos a um grande centro econômico que é Ribeirão Preto.

polos de empregabilidade e tempos de locomoção



POSTOS DE TRABALHO
Zonas comerciais
Shoppings/mercados
Zonas industriais

Grandes indústrias
Universidade de São Paulo

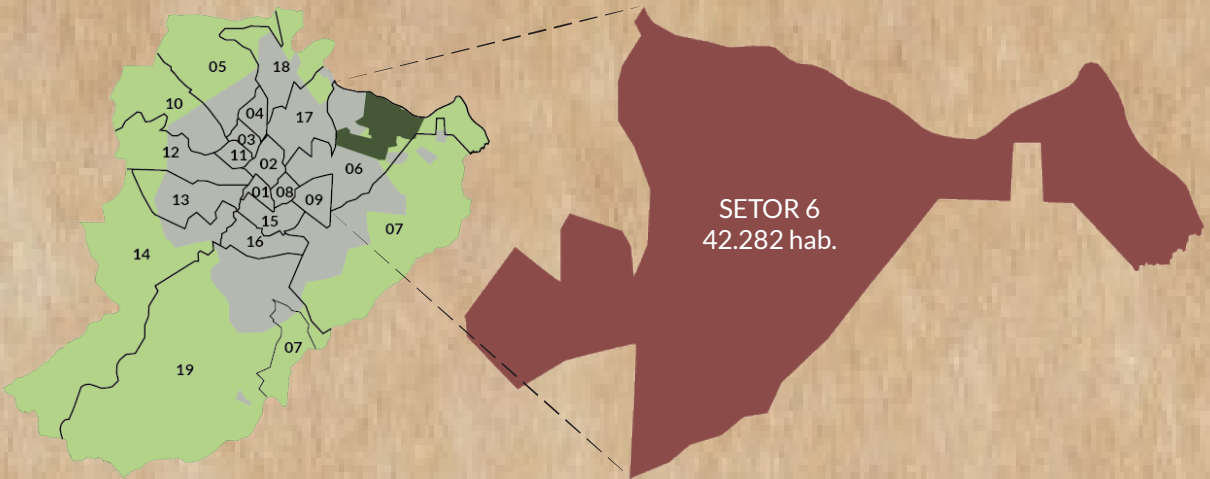
ESTRUTURAÇÃO VIÁRIA
Vias expressas de 2ª categoria

Vias expressas de 1ª categoria
Principais avenidas
MUNICÍPIO
Hidrografia

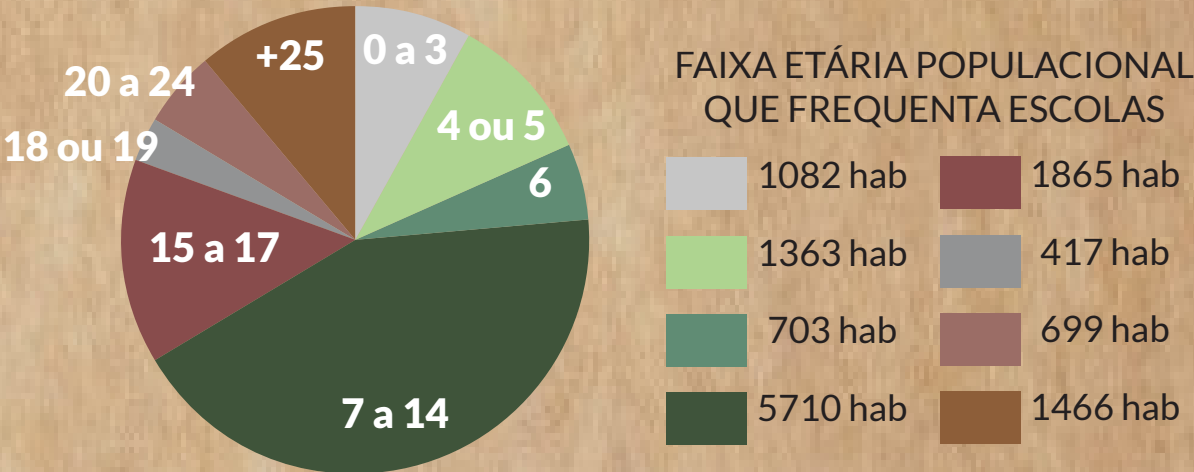
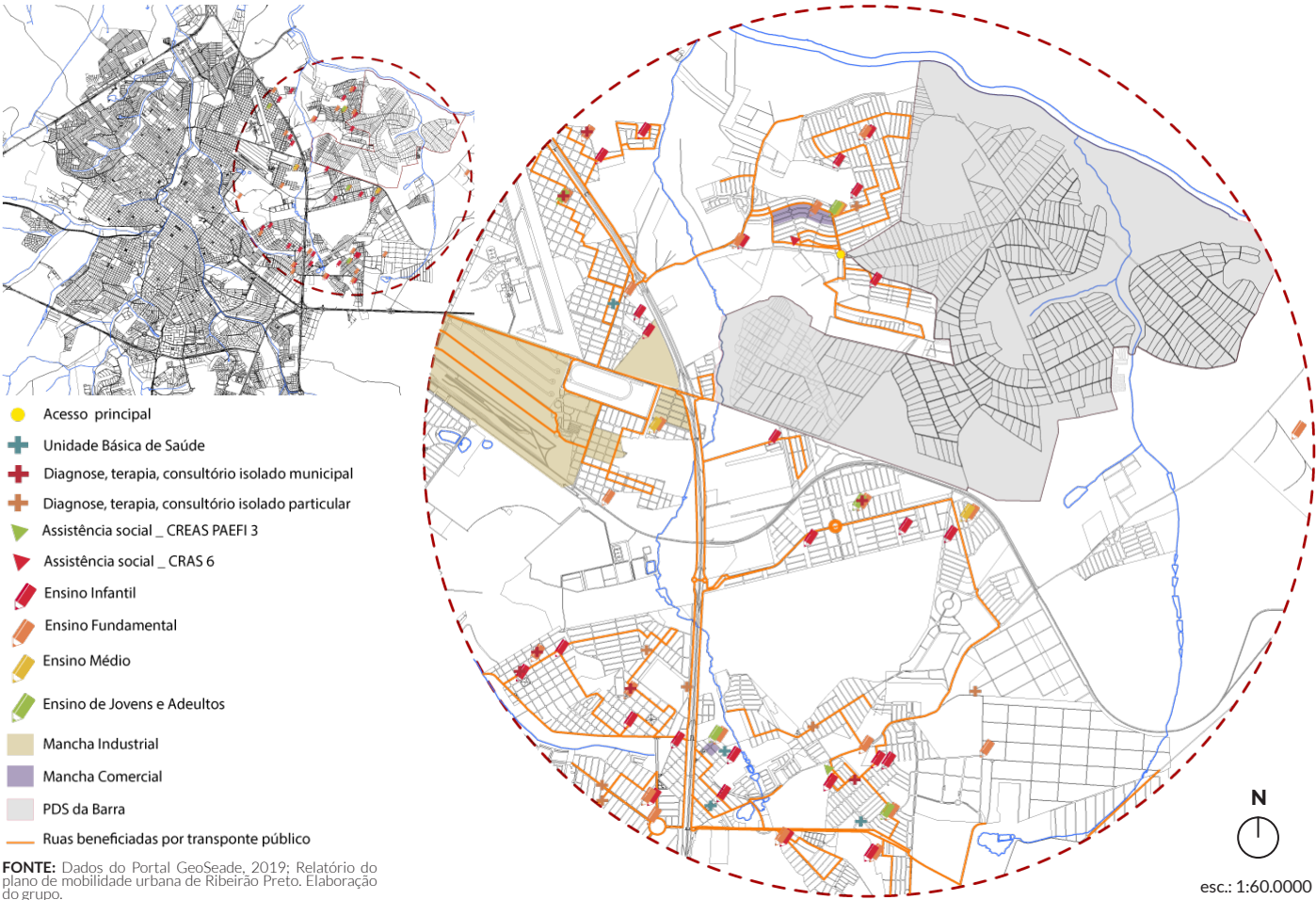
TEMPO DE LOCOMOÇÃO DE CARRO
10 minutos
15 minutos
20 minutos
25 minutos
30 minutos
+ de 30 minutos

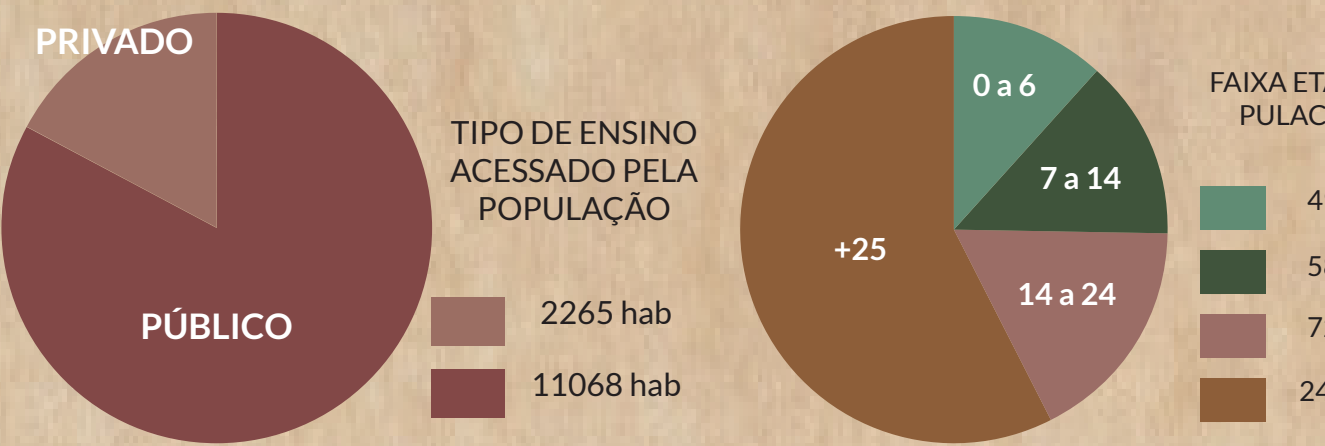
TEMPO DE LOCOMOÇÃO DE ÔNIBUS
30 minutos
1 hora
1h30 minutos
2 horas
2h30 minutos
+ de 2h30 minutos

estatísticas escolares no setor 6 de Ribeirão Preto (censo de 2010)



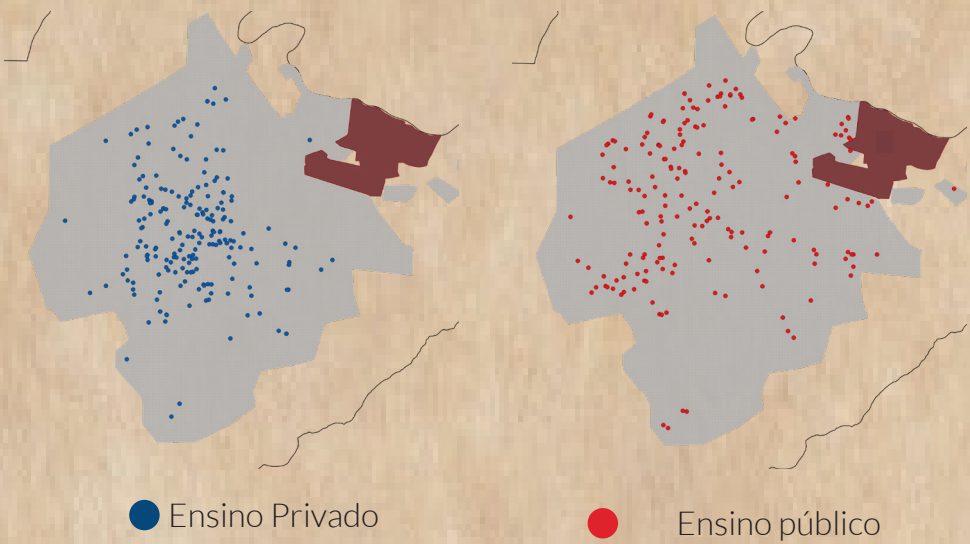
principais infraestruturas disponíveis a um raio de 5m do PDS da Barra (esc.: 1:60.000)





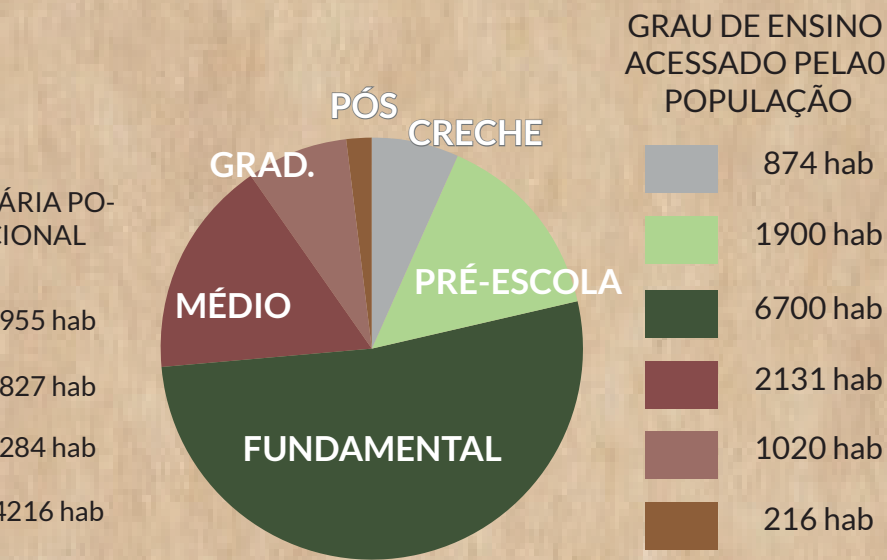
A respeito das estatísticas escolares da zona 6 de Ribeirão Preto, na qual o território do PDS da barra está à de adultos, representando cerca de 40% dos moradores. O grau de ensino com maior demanda é o de

distribuição do ensino em Ribeirão Preto

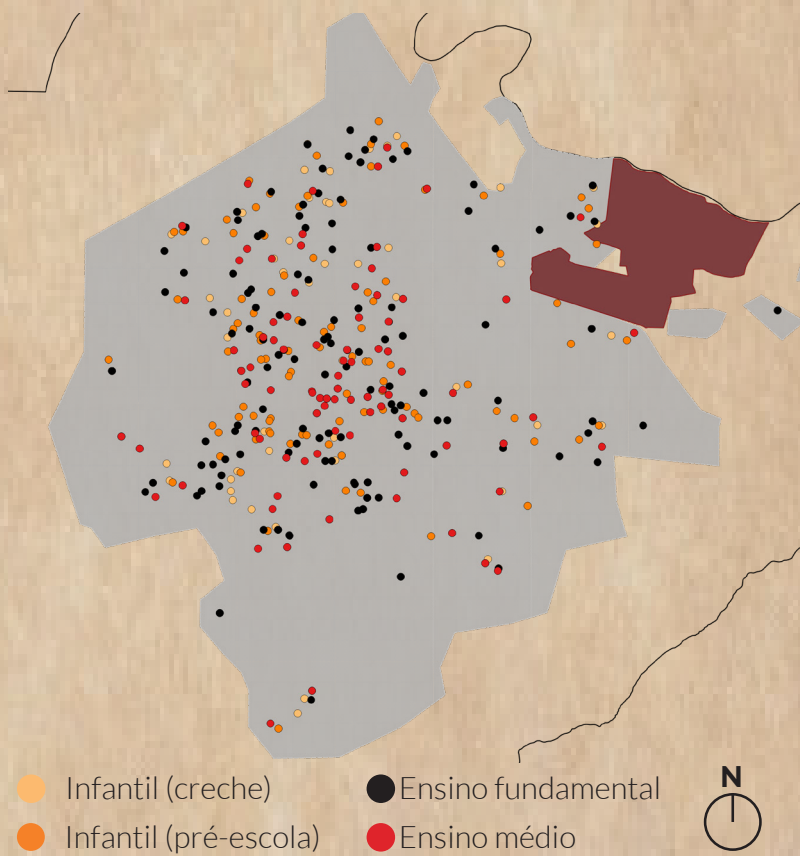


Refletindo a **lógica de distribuição de renda** observada nos mapas anteriores, observa-se que a oferta de ensino público e o privado segue o **mesmo princípio de segregação**. É possível observar uma maior presença de ensino privado nas **áreas central/oeste**, enquanto as escola públicas se concentram notavelmente, também, nas áreas **norte e leste**.

Sobre a distribuição de nível de ensino, é possível perceber uma satisfatória distribuição territorial. Entretanto, nos arredores do PDS da Barra, **há carência de escolas de nível médio**.



á inserido, é possível notar que a população jovem é elevada em relação nível fundamental, e a maior oferta de escolas provém do pode público.





5. O PDS DA BARRA

5.1 Contexto histórico

Geograficamente localizado sobre a área de **recarga do Aquífero Guarani**, o atual território do PDS da barra é resultado da desapropriação das terras da antiga Fazenda da Barra - propriedade privada pertencente à Fundação Sinhá Junqueira que, segundo as diretrizes do código florestal brasileiro, deveria conservar, como área de proteção permanente, 20% dos 1.550,00 hectares totais de que dispunha (AGUIAR, 2011, p. 19). No entanto, o extensivo arrendamento de terras para o setor sucroalcooleiro realizada pela família, a partir da década de 80, foi o estopim de um **intenso processo de desmatamento**, o qual, conseqüentemente, em um dado momento, veio a exceder o limite legal estabelecido. Além disso, era constante, e cada vez mais intensa, também, a drenagem irregular de água do rio pardo para a irrigação desta mesma monocultura de **cana de açúcar**. Estas duas práticas ilegais foram, no início da década de 90, catalisadoras da instauração de inúmeros inquéritos civis pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN) a fim de averiguar os danos ambientais na área. “A partir dos laudos de vistoria realizados, foi aberta uma ação civil pública em 1993, que constatou as irregularidades ambientais da área investigada e aplicou seguidas multas pelos **passivos ambientais**.” (AGUIAR, 2011, p. 20).

No entanto, desde a Constituição Federal de 1988, **terras em situação de irregularidade ambiental estavam passíveis à desapropriação para fins de reforma agrária**, o que inevitavelmente levaria ao início do processo de desapropriação da área, no ano 2000, após membros do poder público e da sociedade civil se organizarem “a fim de construir um projeto para área com uma utilização que garantisse o cumprimento da função social da propriedade.” (AGUIAR, 2011, p. 20). Assim, em 2003, 400 famílias convidadas pela frente de massas do MST montaram o primeiro acampamento de Ribeirão Preto, o **Acampamento Mário Lago**, que pretendia pressionar o Governo Federal pela efetivação da desapropriação da Fazenda da Barra, a qual **corria risco de ser revertida**, uma vez que a família detentora da terra havia recorrido judicialmente pela decisão. A formação do acampamento, neste contexto, contou com uma particularidade em relação à outras formações do MST: a maioria das famílias participantes possuíam **raiz urbana**, advindos de cidades vizinhas - indivíduos marginalizados, trabalhadores desempregados e em busca de um novo modo de vida, em sua maioria migrantes afetados pela crise da indústria de calçados de Franca e pela crise das usinas de cana de açúcar da região.

Porém, o acampamento não pôde ser erguido dentro da área da Fazenda, já que uma medida provisória editada em 2000, pelo Governo FHC, na tentativa de desmobilizar esse tipo de iniciativa, “impede a vistoria em terras ocupadas e sua desapropriação para fins de Reforma Agrária no período de dois anos, podendo esse prazo ser prorrogado, no caso de reincidência na ocupação.” (AGUIAR, 2011, p. 23). Ainda segundo o autor, como nova estratégia os movimentos sociais passaram, a partir dali, a **ocupar áreas adjacentes à área reivindicada** de fato. No caso em questão, o local inicialmente ocupado foi o Sítio Braghetto, escolhido por estar em situação fiscal irregular. No entanto, mediante mediante a um pedido de reintegração de posse o acampamento precisou se deslocar. Esse processo de deslocamento, de ocupação e desocupação foi repetido algumas vezes ao longo dos anos, em diferentes locais, o que implicou em um desgaste muito grande para as famílias integrantes e um consequente esvaziamento do movimento. Em 2004, após a devida vistoria e laudo do INCRA, 117 famílias ocuparam definitivamente a área da fazenda e, em 2005, o número de famílias já chegava a 600.

O período de acampamento perdurou, ainda, por mais 3 longos anos até que a admissão da posse fosse efetivada pelo agora então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2007. Neste período, a **família proprietária da terra utilizou todos os recursos cabíveis para impedir a desapropriação**: contestou os laudos do INCRA e ar-

gumentava ilegalidade na ocupação, que impedia a realização de um novo laudo naquela área. Diante deste cenário conturbado, durante os anos de acampamento, divergências ideológicas desgastaram a convivência entre as famílias do movimento, o que ocasionou uma ruptura: um grupo se separou do MST, montando o **“Acampamento Santos Dias”** em outro setor da Fazenda e erguendo, agora, a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Esse grupo, que começou pequeno, foi recebendo novos integrantes ao longo do tempo e se tornando cada vez maior. No entanto, este movimento, por sua vez, também enfrentou conflitos e uma nova ruptura interna se fez: 56 famílias se separaram para formar o **“Acampamento Índio Galdino”**, sem nenhuma filiação à movimentos sociais (bandeira branca). É importante que se entenda esta divisão política uma vez que o recorte projetual do grupo abrange a área total do PDS. Mediante a admissão da posse, o INCRA iniciou, em 2008, a elaboração do projeto do assentamento conjuntamente com os três assentamentos - os quais já estavam devidamente homologados. Devido ao histórico ambiental da área, e também por estar sobre o aquífero, a proposta do INCRA era de um **Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)** - um modelo de assentamento que tem como objetivo uma produção sustentável no lote, em detrimento do modelo monocultivista, mecanizado e agressivo do grande latifúndio. Esta proposta, segundo Aguiar (2011, p.38), de certa forma ia de encontro ao desejo das famílias que compunham o

acampamento Mário Lago, as quais idealizavam um modelo alternativo ao tradicional, que pudesse se contrapor ao agronegócio e à agricultura moderna que, **cada vez mais mecanizada, não precisa de pessoas morando no campo**. Além disso, neste modelo diferenciado de assentamento proposto pelo MST, devido à característica ambientalmente sensível da área em que se encontrava “as famílias não poderiam fazer queimadas, usar veneno nas plantações, desmatar os resquícios de mata que restaram na fazenda [...]”. A discussão sobre a formação de um **assentamento agroflorestal** passou pelos sete anos durante os quais as famílias ficaram acampadas.” (AGUIAR, 2011, p.38). No entanto, apesar de ter sido o modelo de fato implantado, para o MST, tais anseios ideológicos não seriam contemplados pelo modelo de PDS neste contexto devido à raiz urbana das famílias assentadas. Estas, nas palavras do autor, “acostumadas com as mordomias da cidade”, não se acostumariam à realidade de falta de infraestrutura básica comumente enfrentada pelos assentamentos rurais brasileiro (AGUIAR, 2011, p.41). Como alternativa, a proposta ideal defendida pelo movimento seria a de **Comuna da Terra**, que se caracteriza por:

“...moradia em lotes menores, devido ao alto valor da terra próximo às grandes cidades, com uma produção voltada para pequenos animais e hortifrutigranjeiros, com área coletivas de produção e com agroindústrias. Essa concepção de assentamento, na visão do Movimento, permitiria ao assentado manter uma renda o ano todo. Mas, para que isso pudesse ocorrer, os novos modelos de assentamentos agroecológicos teriam que ter, na sua implantação, as políticas públicas de estruturação como luz elétrica, água encanada para o consumo das famílias assentadas e a irrigação, moradia, agroindústrias, escola, posto de saúde, transporte escola etc.” (AGUIAR, 2011, p.41)

Essa informação é relevante a medida que nos ajuda a entender melhor os porquês da situação em que se encontra, hoje, este território: um assentamento esvaziado, com lotes improdutivos e assentados que, em sua grande parte, adotam o modo de vida tipicamente urbano para si - trabalhando e consumindo nas cidades, retornando às suas casas apenas para descanso. Justificar este cenário simplesmente ao fato de que o assentamento se encontra em **contato direto com a malha urbana** e, portanto é urbano (ou um tipo de periferia urbana), pode soar simplista à medida que, neste raciocínio não são analisados: a origem desta população; a precariedade a que estão submetidas; e às dificuldades produtivas enfrentadas numa **terra intensamente degradada pelo agronegócio** - a qual demanda uma imensa carga de energia e recurso financeiro, nem sempre disponível, para ser recuperada. Desse modo, é possível vislumbrar que em um cenário onde as necessidades básicas de dignidade humana fossem cumpridas e um modelo de assentamento de qualidade fosse implantado - levando em conta as características particulares dos indivíduos contemplados -, a permanência, o trabalho, a produtividade e o modo de vida rural seria mais atraente e consequentemente mais adotada pelos assentados.

5.2 Panorama Atual

O panorama encontrado, hoje, nos assentamentos que compõe o chamado PDS da Barra, além do esvaziamento e improdutividade já comentados é, também, o de **desmobilização**. Como uma consequência natural da conquista da terra, após anos de luta, as famílias querem desfrutar a tranquilidade e os benefícios de seu lote, desse modo, acabam se afastando das discussões políticas e das novas articulações organizadas pelas lideranças de seus respectivos movimentos - uma vez que, mesmo depois de assenta-

dos, **é necessário que constantemente se cobre do poder público** a provisão de infraestrutura e de condições mínimas de qualidade de vida naquele local. Além disso, a grande distância entre uma moradia e outra no momento em que se oficializa o assentamento, ao contrário do convívio intenso que era facilitado dentro de uma realidade de acampamento, contribui para o isolamento das famílias. Por esse motivo, um objetivo comum entre os 3 trabalhos debruçados sobre essa área é o de promover **espaços de atividades sociabilização** entre as famílias, de modo a reverter o isolamento, não só no sen-

tido de mobilização política como no de interação pessoal: um resgate do **sentimento de pertencimento e comunidade**, experimentado nos tempos de acampamento e lembrado com saudosismo pelos assentados.

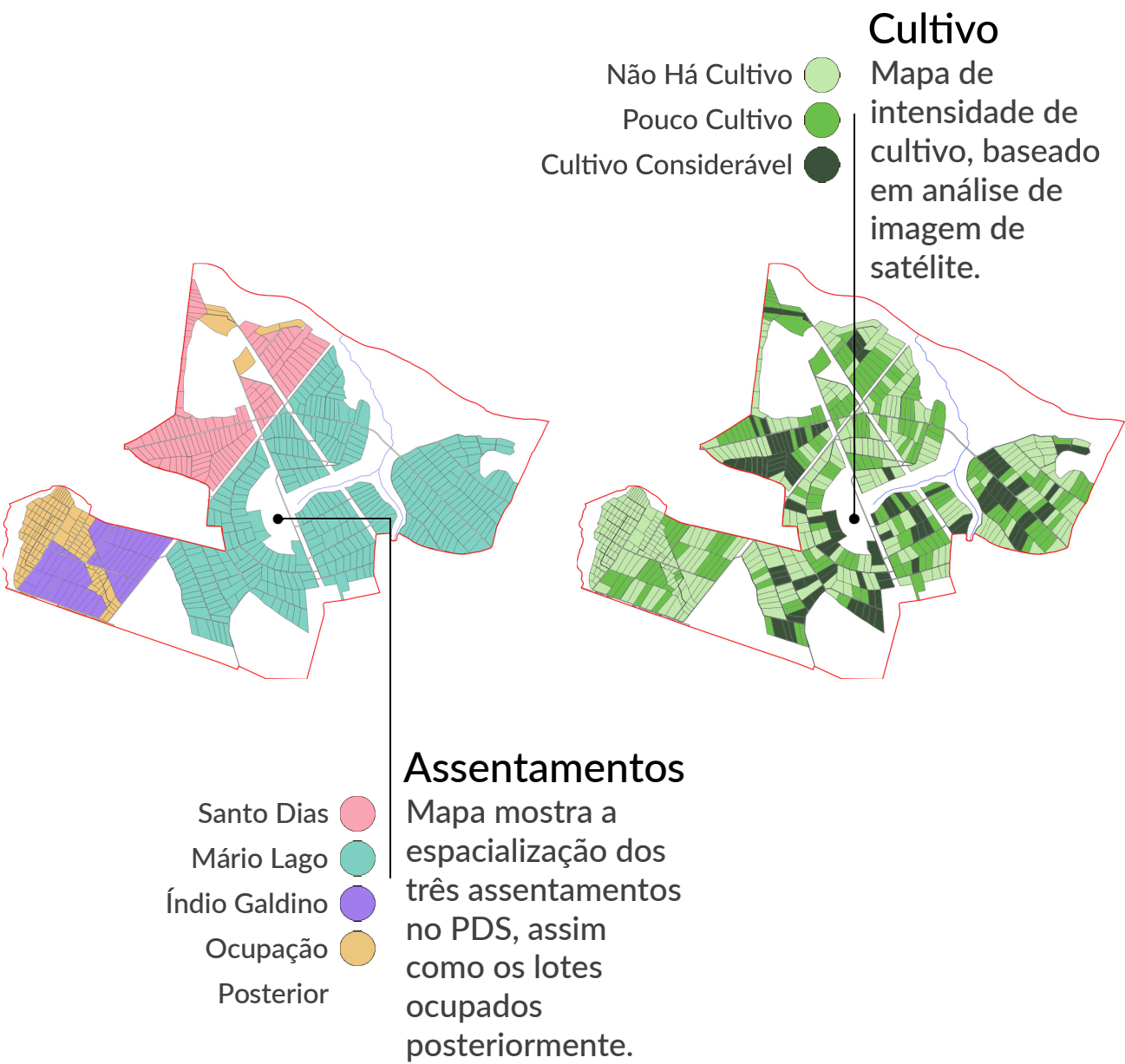
Há também a problemática constante da questão ambiental intrínseca a esse território se apresentando de forma latente no cotidiano dessas famílias. O modelo de PDS, aliado às limitações impostas pela presença do Aquífero Guarani, e também ao reflorestamento necessário para que se restabeleça a legalidade de preservação da área são responsáveis por uma série de dificuldades e particularidades que precisam ser contornadas dia-a-dia. Primeiro, a criação animal para consumo próprio ou comercialização é rigorosamente restrita, uma vez que uma possível contaminação ou insalubridade do solo teria consequências imediatas para o Aquífero. Além disso, não só pelo aquífero, mas como pelo próprio modelo de PDS adotado, **a utilização de agrotóxicos é estritamente proibida** - ao passo que, ao mesmo tempo, o agronegócio pulveriza os mesmos aditivos por sobrevoo de avião nas plantações de cana de açúcar adjacentes ao assentamento, sem nenhuma consequência, indiretamente **inviabilizando a certificação oficial dos alimentos dos assentados como produtos orgânicos**, já que o vento espalha esses agrotóxicos por toda a área.

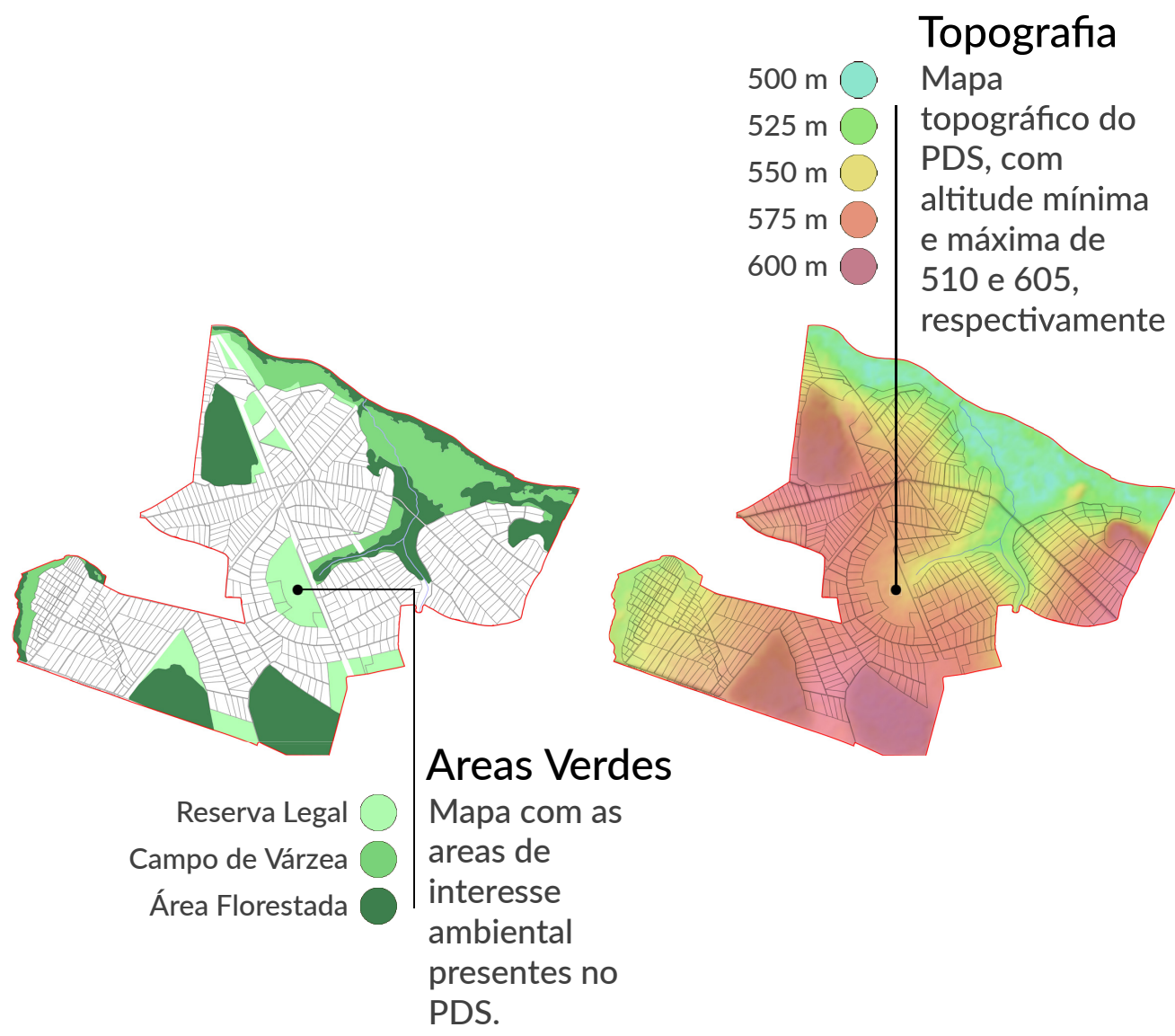
Como alternativa, a estratégia produtiva veementemente defendida pelo MST, não só no Assentamento Mário Lago, como também ao longo de todos os assentamentos em que está presente, é o da agrofloresta: um modelo de produção sustentável e de nome autoexplicativo - um conceito de plantação aliado à um sistema de reflorestamento. O modelo agroecológico se faz presente também não só pela vontade do MST, mas também pela **obrigatoriedade de reflorestamento da área**, acordada entre poder público e assentados no momento em que se optou pelo modelo PDS: 20% da área de cada um dos assentamentos deveria ser reflorestada com árvores nativas, e outros 15% cobertas pelo modelo produtivo sustentável em questão. No entanto, há muita dificuldade por parte dos assentados em cumprir esse acordo, uma vez que **a área a ser reflorestada é muito grande** e que seria necessário uma mobilização e articulação muito forte entre eles para a produção e plantio de mudas nativas, o que, como já foi apresentado, não acontece. Por esse motivo, também, o projeto de espaços que facilitem os encontros e atividades em grupo se apresenta importante para fins de educação e restabelecimento gradual de áreas ambientais, em regime colaborativo.

Outra dificuldade enfrentada diariamente no território em questão é o da **falta de acesso à água potável**: a perfuração de poços é rigorosamente limitada devido à sensibilidade do aquífero. Além disso, não há sistema apropriado de abastecimento em ampla escala a partir dos poucos poços existentes. Frente ao abandono do poder público, a alternativa encontrada pelos agricultores foi a do auto provimento de abastecimento via mangueira preta, que cumpre a função paliativa de levar a água desses poços aos lotes. No entanto, apesar de facilitar, até certo ponto, a irrigação dos cultivos, a água conduzida por mangueira preta **não é indicada para fins de uso potável**, de modo que esta continua inacessível para consumo e ainda representa uma precariedade gravíssima no dia-a-dia dos moradores. A respeito das outras infraestruturas humanas básicas, o único serviço cedido à essa população é o de fornecimento de energia e, mesmo assim, com metragem de cabeamento limitada, o que obriga os moradores a manterem suas casas próximas à estrada na tentativa de evitar investimento de recurso próprio neste serviço. Esse tipo de implantação a que se vêem forçados a adotar reforça ainda mais o **aspecto urbano do território**.

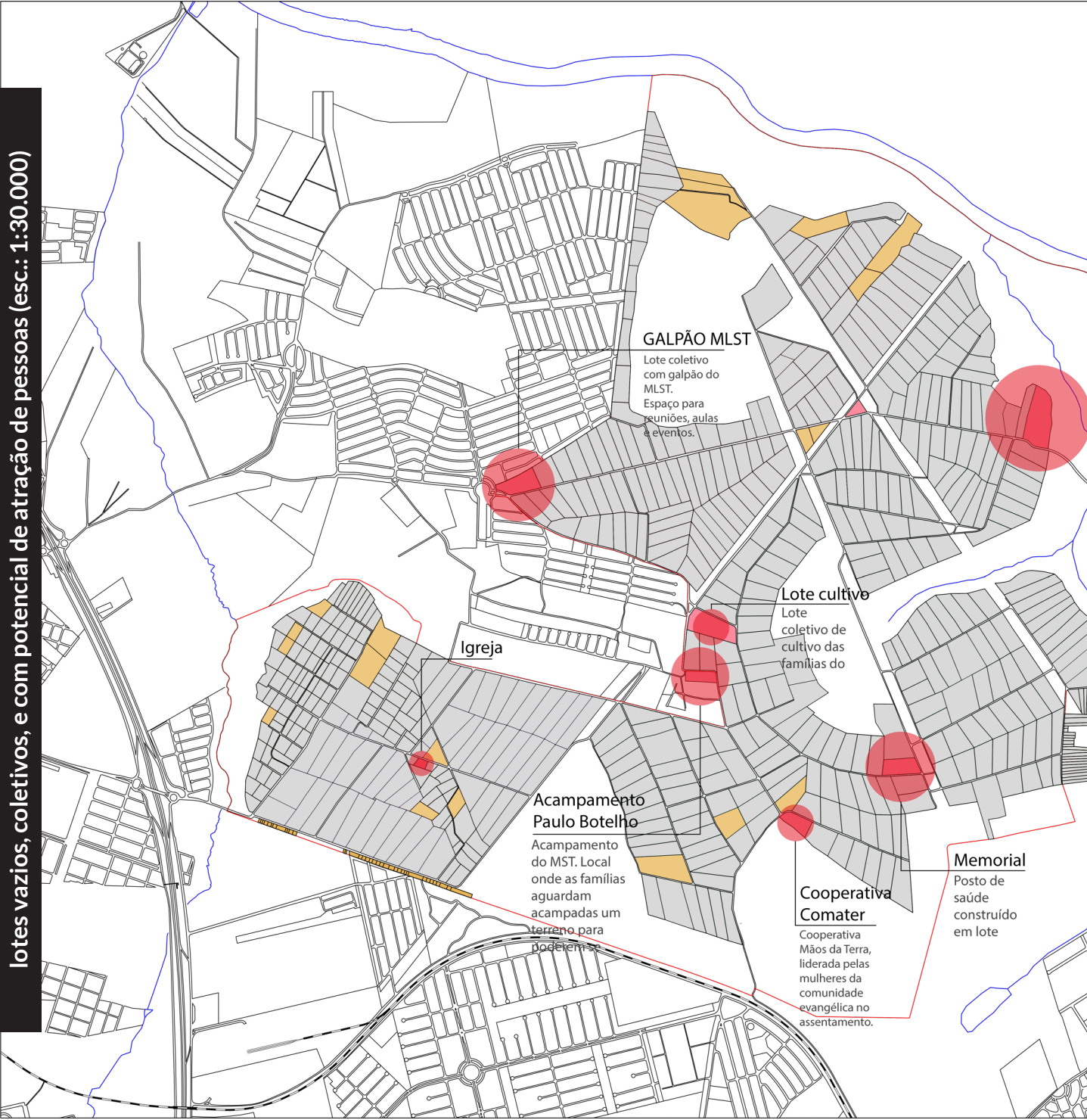


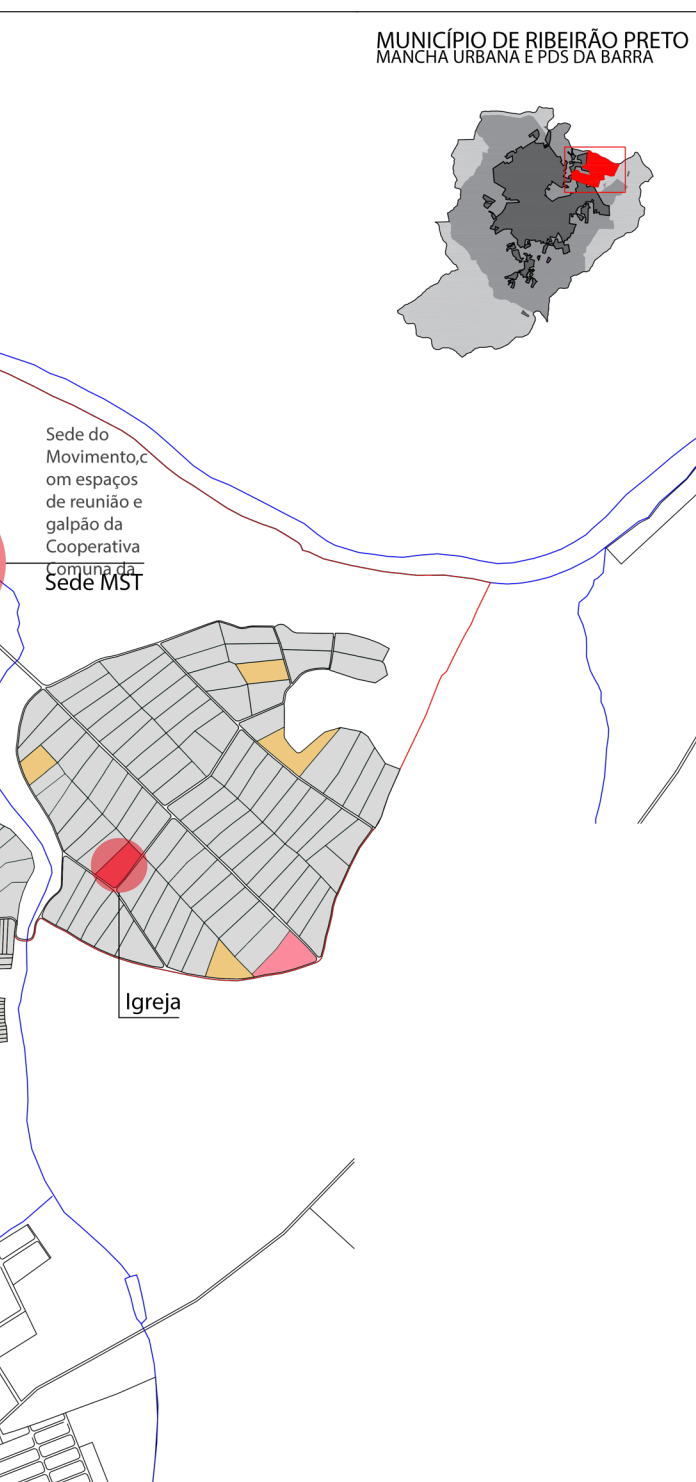






lotes vazios, coletivos, e com potencial de atração de pessoas (esc.: 1:30.000)





De forma análoga ao território, também não é possível traçar nos assentamentos um **perfil preciso de sua população**. Ao longo dos anos, com os vários rachas no movimento, criação de novos assentamentos, ocupação ilegal de áreas de reserva e o baixo índice de cultivo das terras, vemos que, apesar da possibilidade da existência de **modos de vida alternativos** no local, observa-se que a maioria dos assentados estão extremamente **integrados à economia urbana**. Assim, independentemente de serem camponeses ou não, o desafio se situa, portanto, em como pensar **através do projeto sua permanência** no local enquanto instrumento de luta e empoderamento, e no fim das contas, cidadania.





PROJETO

6. SISTEMA DE EDUCAÇÃO E RENDA

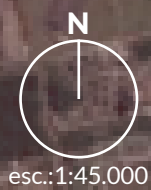


As propostas de intervenção na área objeto de estudo resultam da **articulação do grupo** de trabalho em prol de alguns **objetivos em comum**, entre eles:

1. Criação de **mecanismos a permanência** dos assentamentos enquanto espaços que propiciam um modo de vida alternativo.
2. O **empoderamento** das populações que vivem nos assentamentos
3. A melhor **articulação** do PDS com o **restante do município**

Para tanto, foi proposto um **sistema único** de intervenção, baseados em três pilares: a **Educação, o Espaço Público e Trabalho e Renda**: O pilar da educação compreende uma série de espaços com funções didáticas, entre eles uma **escola do campo**, objeto deste trabalho; Já o pilar de trabalho e renda proposto, consiste em espaços de articulação do assentamento com o entorno imediato e com a cidade, a partir da **comercialização** do que é produzindo dentro dos assentamentos.





1

4



2. ESCOLA DO CAMPO

Implantação de uma escola do campo, proposta deste trabalho, no lote do casarão da antiga Fazenda da Barra (atual sede do MST) - que abrangerá o currículo escolar básico obrigatório e atividades extras inerentes ao conceito do MST de escolas do campo. Pretende-se aproveitar um potencial latente de convívio entre renda e educação, e destes diretamente com as lideranças do movimento.

3. CENTRO COMUNITÁRIO DE TROCAS

Equipamento anexo à unidade de Saúde do Memorial Sebastião Lemes, destinado à venda e troca entre os assentados, seja de alimentos, sementes, insumos, ou quaisquer bens e serviços. O programa aproveita a importância do Memorial como centralidade no interior do PDS para estabelecer um espaço de sociabilidade e escoamento de alimentos em pequena escala.

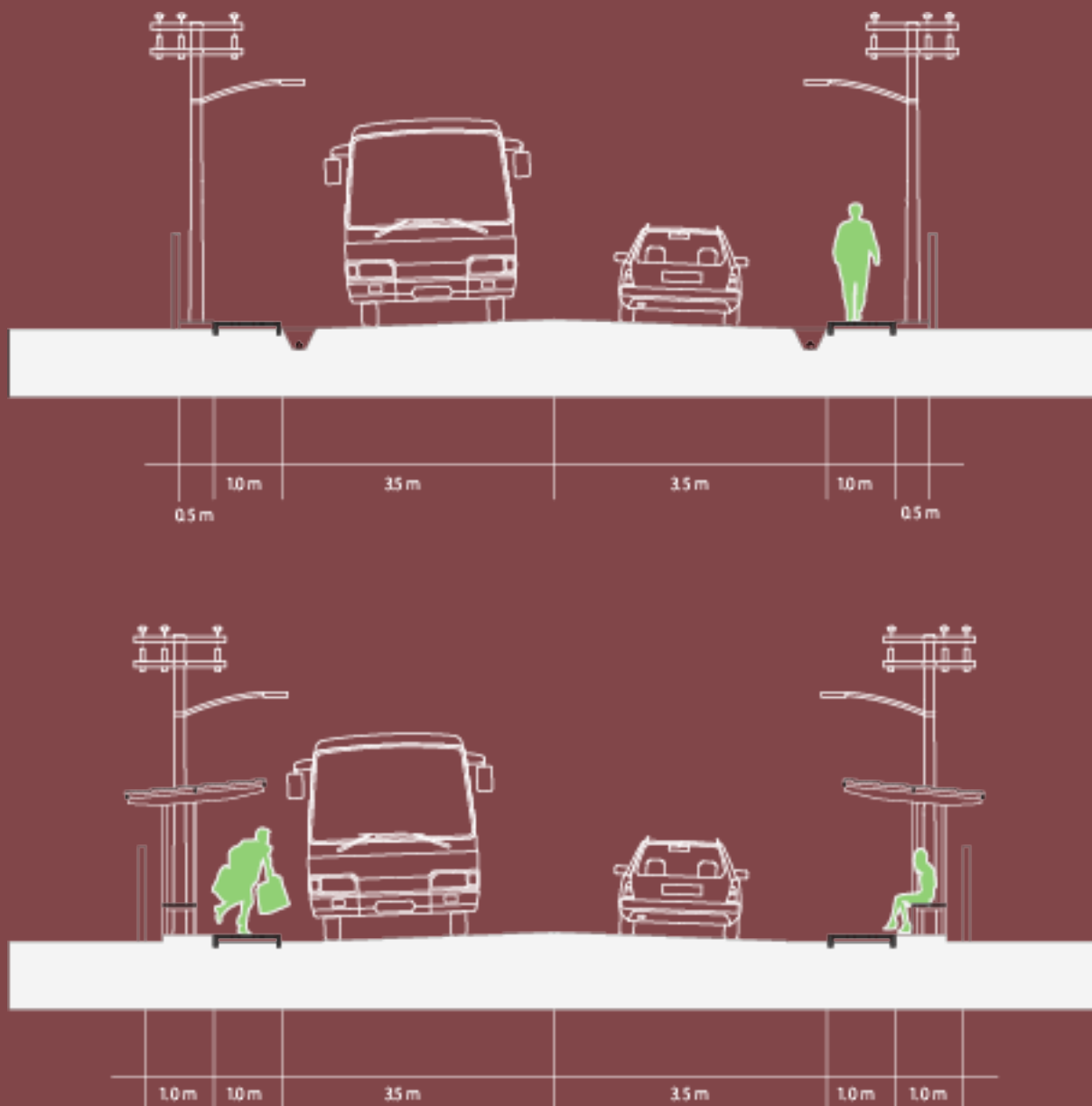
1. e 4. UNIDADES DE INTEGRAÇÃO

Equipamento que reúne funções pedagógicas e mercantis, de modo a integrar o PDS com o bairro e constituir um local de lazer e encontro. Inclui galpão para a realização de feiras ou eventos em geral, bloco para aulas complementares ao currículo da escola do campo ou oficinas abertas à comunidade, bem como uma cozinha coletiva.



Devido à grande dimensão do território em que se propõe a rede educacional e de renda em questão, é importante que se investigue as **condições de mobilidade** entre os elementos do sistema, a fim de que se proporcione **melhores condições de acesso** e uma boa **experiência de percurso** aos assentados.

A partir dos levantamentos de campo foi possível identificar que, hoje, as estradas se encontram em condições **precárias**. A abertura das vias foi efetuada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), por solicitação do INCRA, porém nenhum órgão ou instituição ficou responsabilizado pela manutenção, não havendo, portanto, iluminação, nivelamento, bem como também nenhum tipo de cobertura ou **pavimentação** - desse modo, são constantes os alagamentos em períodos de chuva, e a dispersão de poeira nos períodos de seca. Os caminhos principais de conexão entre os elementos do sistema, portanto, já existem enquanto



vias de terra, porém se faz necessário sua **qualificação**.

Diante disso, a proposta do grupo é a criação de um **percurso principal**, que conecte todos os pontos do sistema e as cooperativas do assentamento Mário Lago, e que nele circule um **transporte público** integrado nas rotas municipais de ônibus. Além disso, propõe-se o **alargamento das vias**, que hoje têm aproximadamente 6 metros de largura - para leito carroçável e pedestres - para 10 metro de largura em toda a extensão desse percurso principal e para 11m nos pontos em que há abrigo para espera de ônibus.

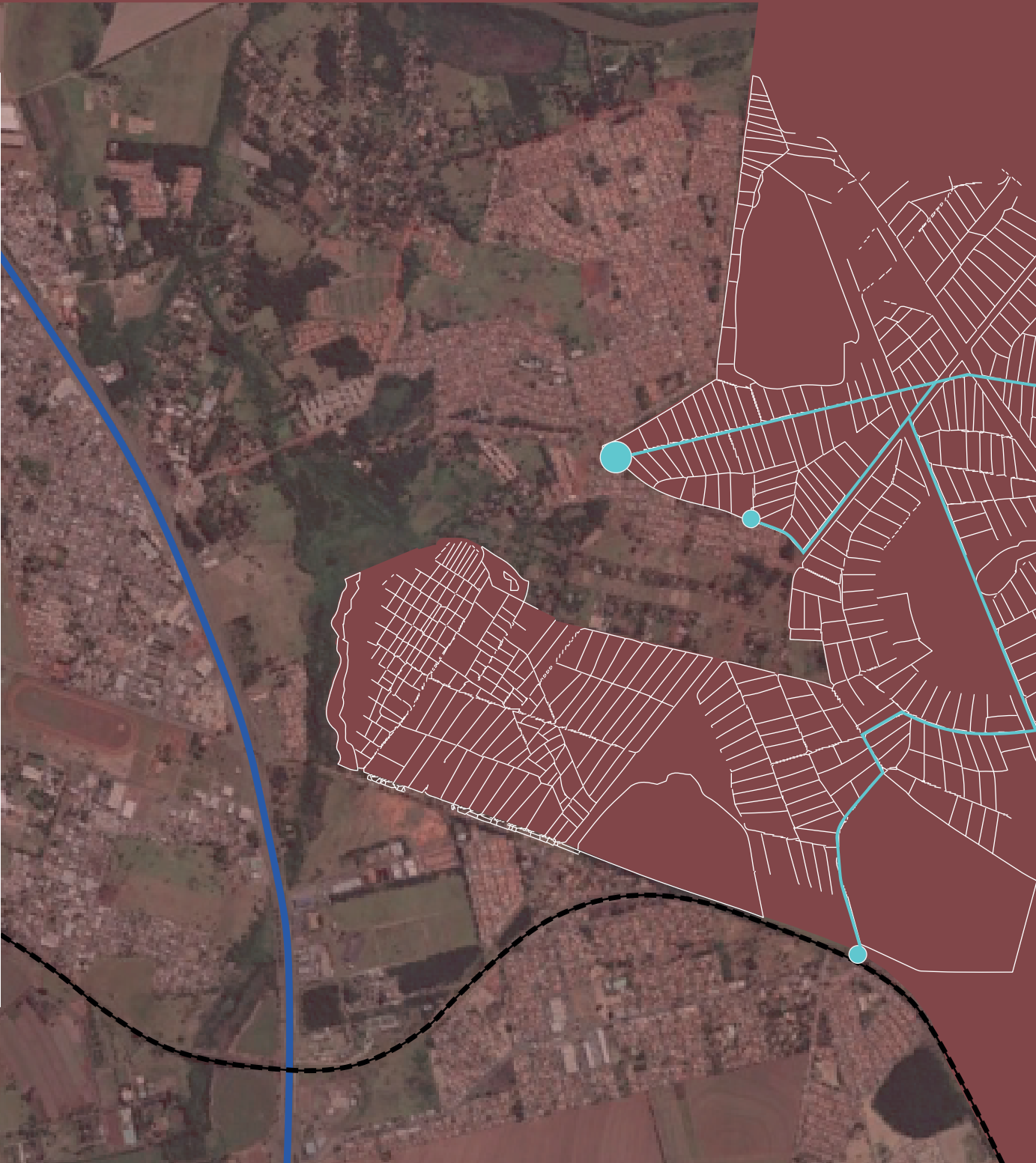
O tratamento das via proposto leva em consideração que o território é rural, portanto não pretende adotar soluções tipicamente urbanas. A solução adotada é a divisão da via em duas águas de 4% para melhor escoamento da água, até uma calha coletora, e a utilização de cobertura de resíduo reciclado de fresa - moagem e reutilização do asfalto antigo retirado das vias urbanas.

7.1 O CONCEITO APLICADO À ARQUITETURA





contextualização do lote de projeto (esc.: 1:30.000)





 Acessos do PDS

 Trajetos até o lote

7.1 A escolha do lote

O lote escolhido como ponto focal de projeto e como local de **implantação da escola do campo** é o espaço onde se encontra, hoje, a sede do assentamento Mário Lago e o galpão da cooperativa Comuna da Terra.

A área total da sede é de aproximadamente **3 hectares** (30 mil metros quadrados), o que corresponde a praticamente o dobro da área dos demais lotes dos assentamentos do PDS da Barra, que em média possuem 1,6 hectares.

O lote em questão **se caracteriza por ser utilizado a favor do interesse coletivo**: além de abrigar a antiga casa da fazenda, espaço físico que é utilizado para **reuniões e articulação** das lideranças do MST, e o **galpão da cooperativa**, a sede comumente promove eventos nos quais acontecem um dos poucos momentos de **interação social ampla** entre os assentados. Já está consolidado, portanto, como um **local de trocas e interações**.

Acredita-se que a implantação de uma escola do campo em um espaço que promova o convívio diário com lideranças e atividades da cooperativa possa ser enriquecedora para a **formação política dos jovens**, além de fortalecer o movimento a partir do momento em que o valor da luta social puder ser reconhecido por eles.



0,00m

320m



oogle ^{BR}

11,0 m

CORTE A-B

Colegio en Jardín

Colômbia, 2016



Institución Hontanares

Colômbia, 2005



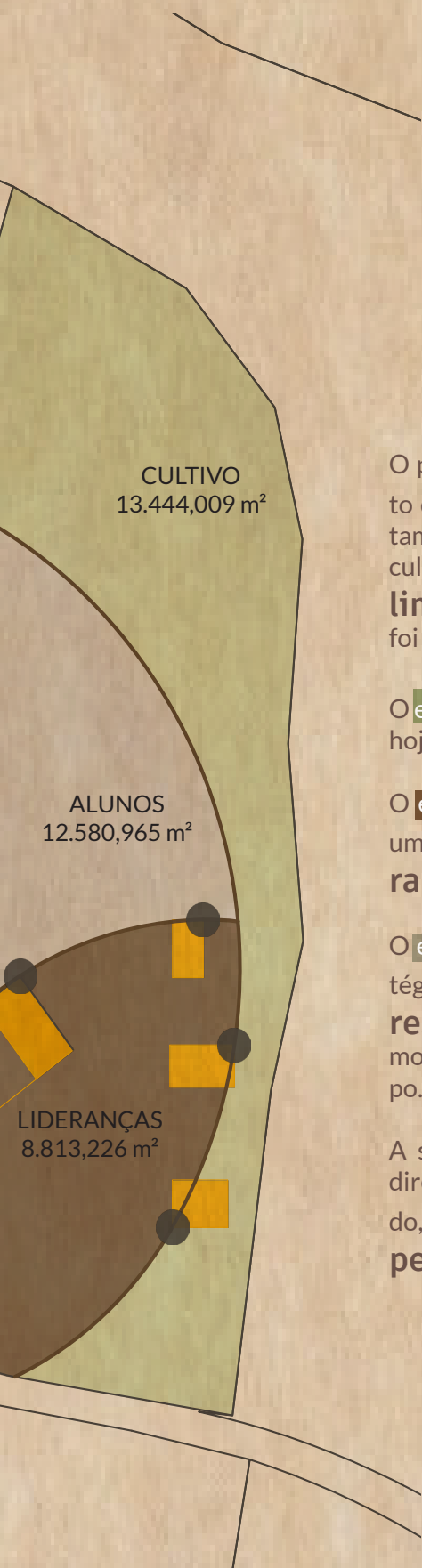
um caminho permeado por uma escola



a individualidade da forma







O processo de construção da malha de projeto teve como ponto de partida as **pré-existências do lote** - o que inclui também, além dos espaços físicos, a parcela do lote destinada ao cultivo. A partir dos pontos pré determinados, utilizados como **limitadores de curvatura**, uma setorização simbólica foi definida.

O espaço de **cultivo** foi mantido como se encontra hoje, no fundo do lote.

O espaço compreendido entre as edificações, por si só, possui uma forte tendência a apresentar um **alto fluxo de lideranças e agricultores** associados à cooperativa.

O espaço compreendido entre o cultivo e as lideranças é estratégico para a **concentração das atividades escolares** uma vez que está vinculado às duas outras áreas - cultivo e movimento social - dois pilares conceituais das escolas do campo.








A setorização é chamada simbólica pois apenas indicou uma diretriz inicial de implantação. O convívio, porém, deve ser fluido, **integrando a todos a partir a dinâmica dos percursos** propostos a seguir.

A partir da setorização inicial, **dois percursos principais** foram delimitados, conduzindo a pontos internos do lote com **atratividade potencial** tanto para alunos e lideranças, quanto para os demais assentados do PDS: o primeiro caminho parte da estrada, passa pela área das lideranças, acompanha os blocos didáticos até chegar na parte administrativa, aos pés de uma **árvore nativa** da espécie sibipiruna, com 20m de copa e 28m de altura; e o segundo caminho parte da estrada, passa pela cooperativa, pelo pátio coberto da escola, até chegar à **estufa e ao cultivo** coletivo do lote, com acesso também ao **pátio esportivo**.

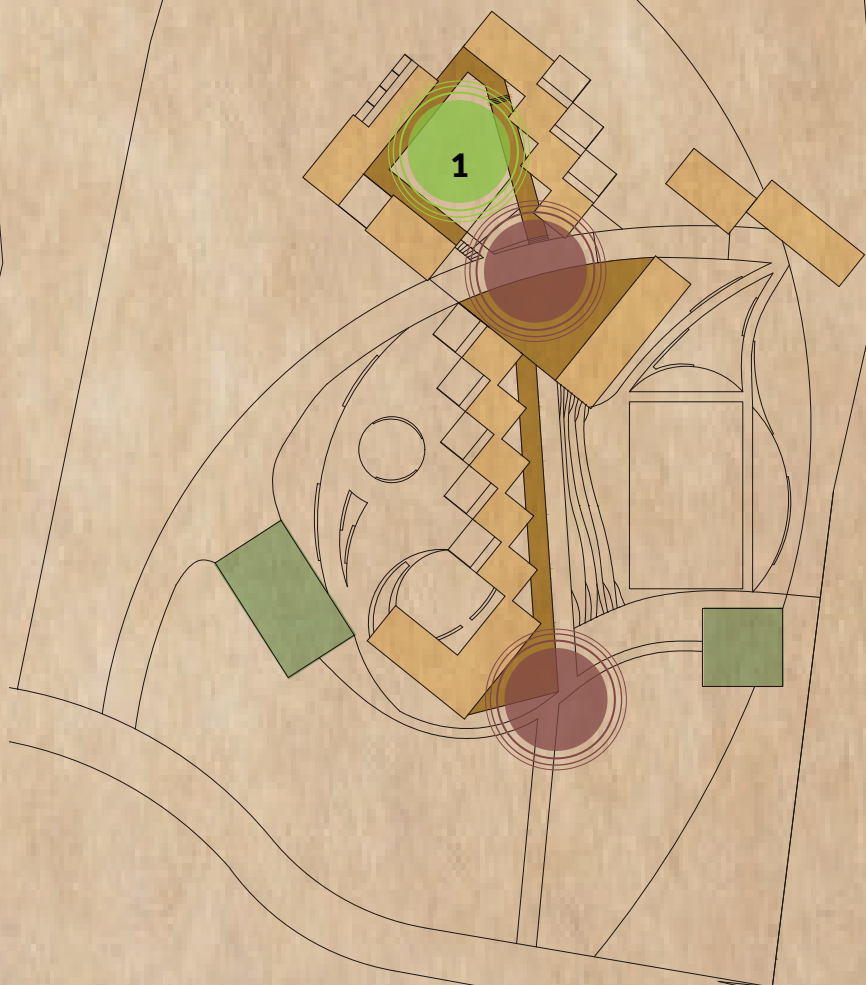
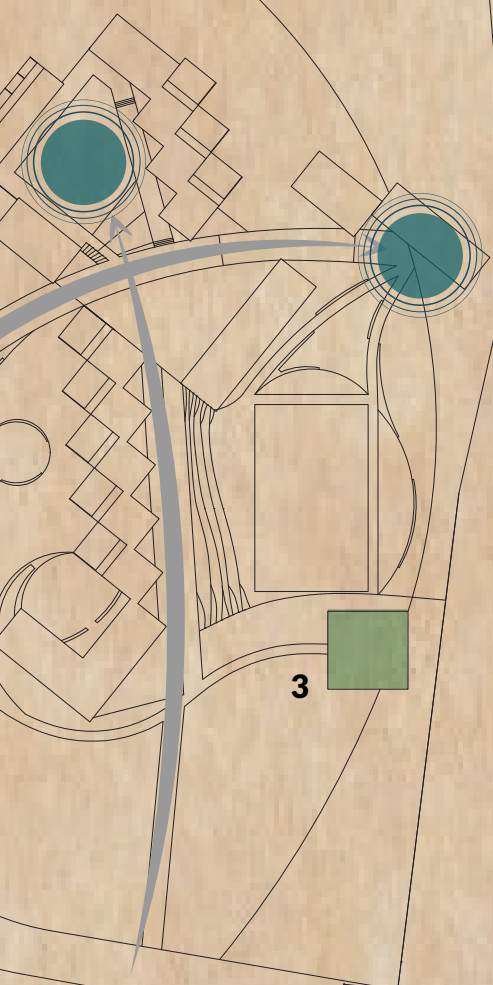
A intencionalidade do gesto dos percursos é a de que estes cumpram a função de **dissolver a setorização** simbólica apresentada a pouco, assumindo dupla função: a de **passagem** e a de **encontros**. O estabelecimento de duas únicas opções de trânsito, e a definição espacial que conduz fluidez entre **diferentes escalas de convívio** do lote - alunos, lideranças e comunidade - facilita os encontros.

O ponto de interseção entre os percursos podem ser um latente **espaço de integração**: uma vez que por ali poderão circular um amplo tipo de pessoas, uma vez que utilizarão os caminhos a fim de chegar ao ponto de atração.

Estruturados estes fundamentos básicos: - malha, percursos, pontos de atração e espaços de integração - os conceitos absorvidos a partir das **referências escolhidas** foram aplicadas - um prédio que permeia o caminho, individualidade da forma - e uma marquise foi aplicada como elemento estruturador e integrador dos blocos, o que confere diferentes níveis de permeabilidade ao percurso. Os acessos, sempre sob essa marquise, é um partido que foi adotado na intenção de remeter às varandas das habitações tradicionais rurais

 Percursos	 Encontros	 Marquise
 Pré-existências	 Pontos de atração	 Espaços físicos da escola
 Pré-existência - árvore nativa		





1. Arvore nativa SIBIPIRUNA



2. Galpão da COOPERATIVA



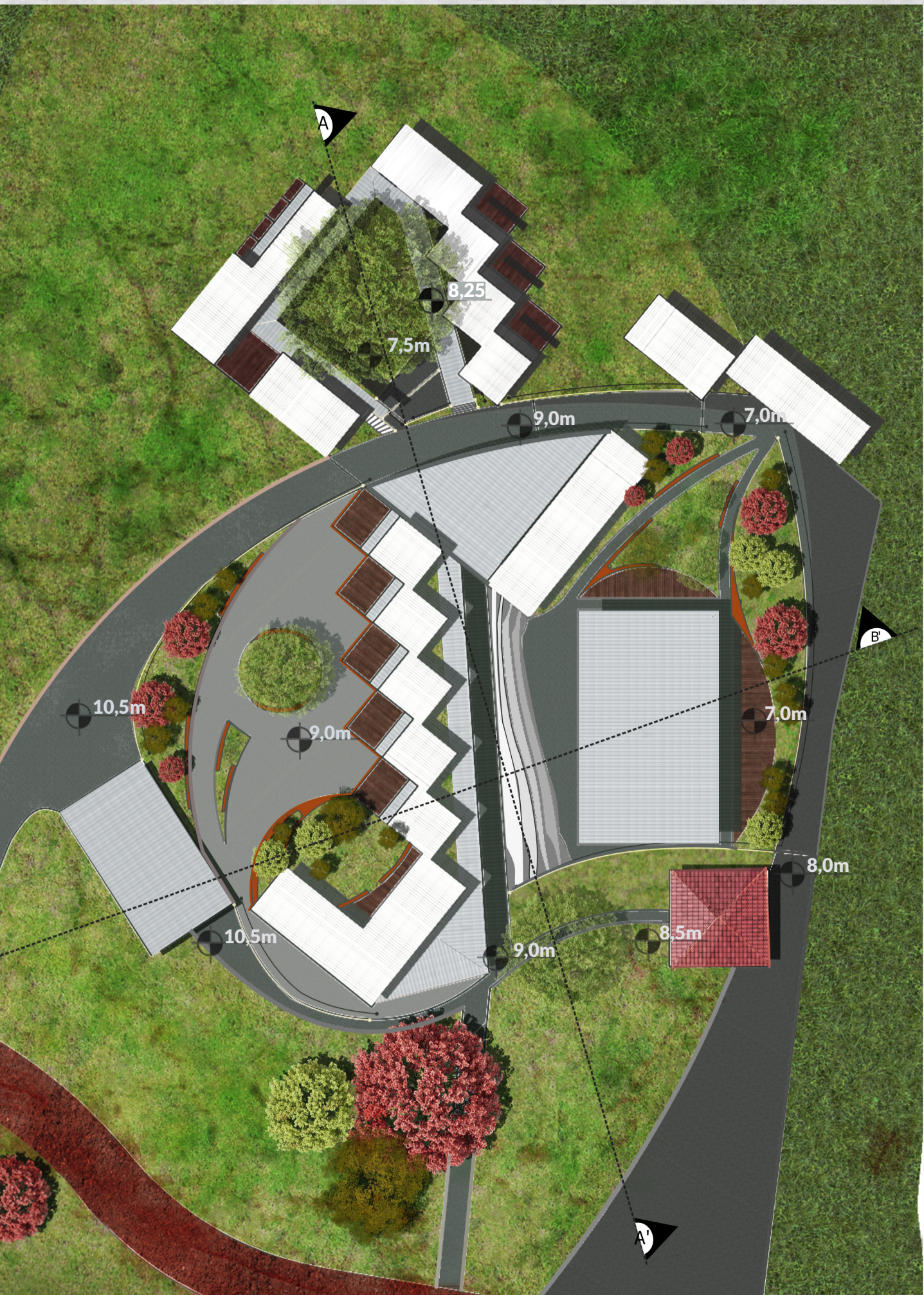
3. Sede do MST

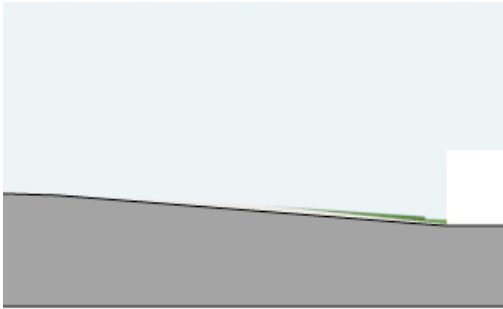
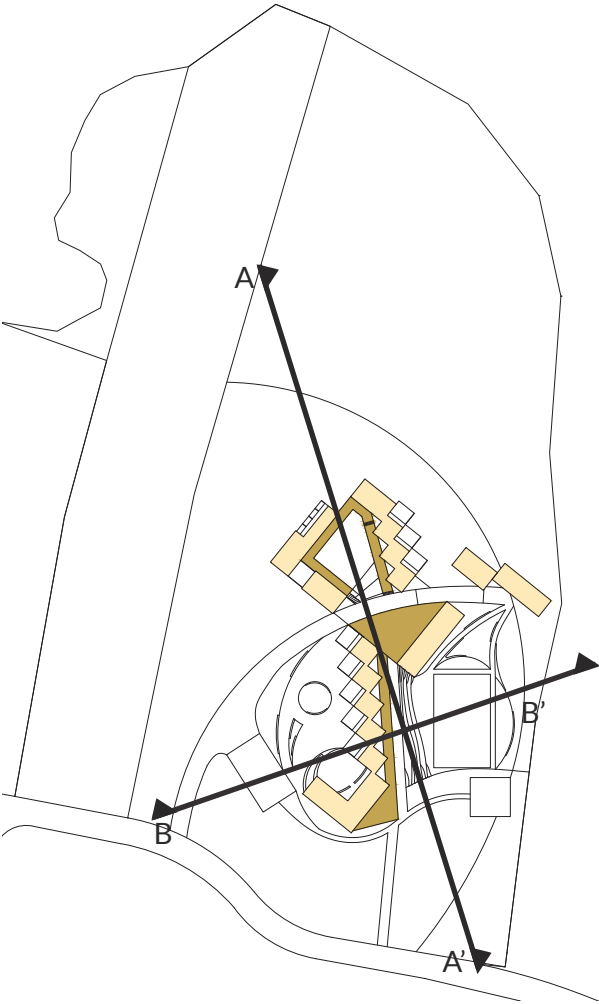




IMPLANTAÇÃO
esc.: 1: 750









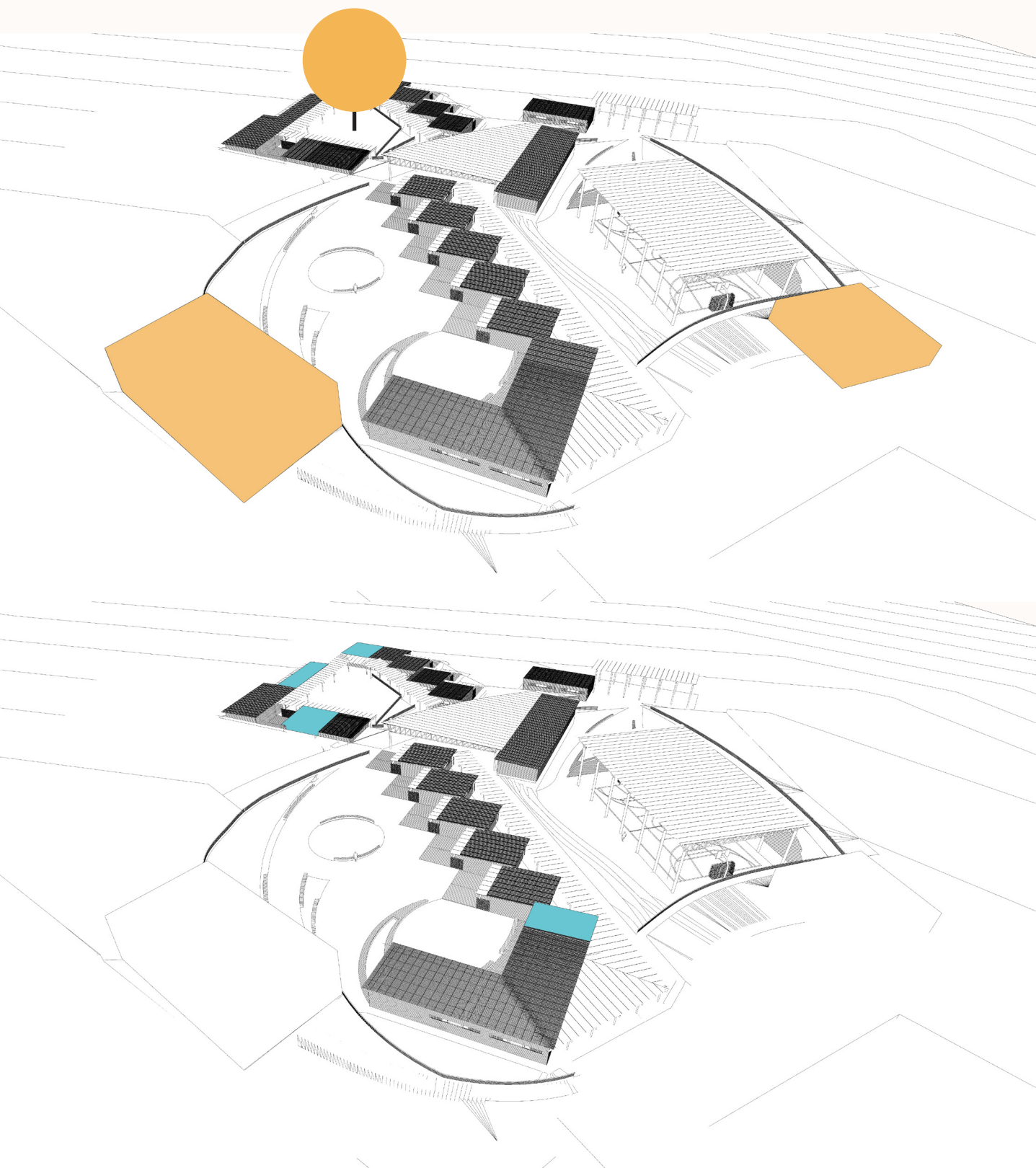
CORTE B-B'
esc.: 1:750

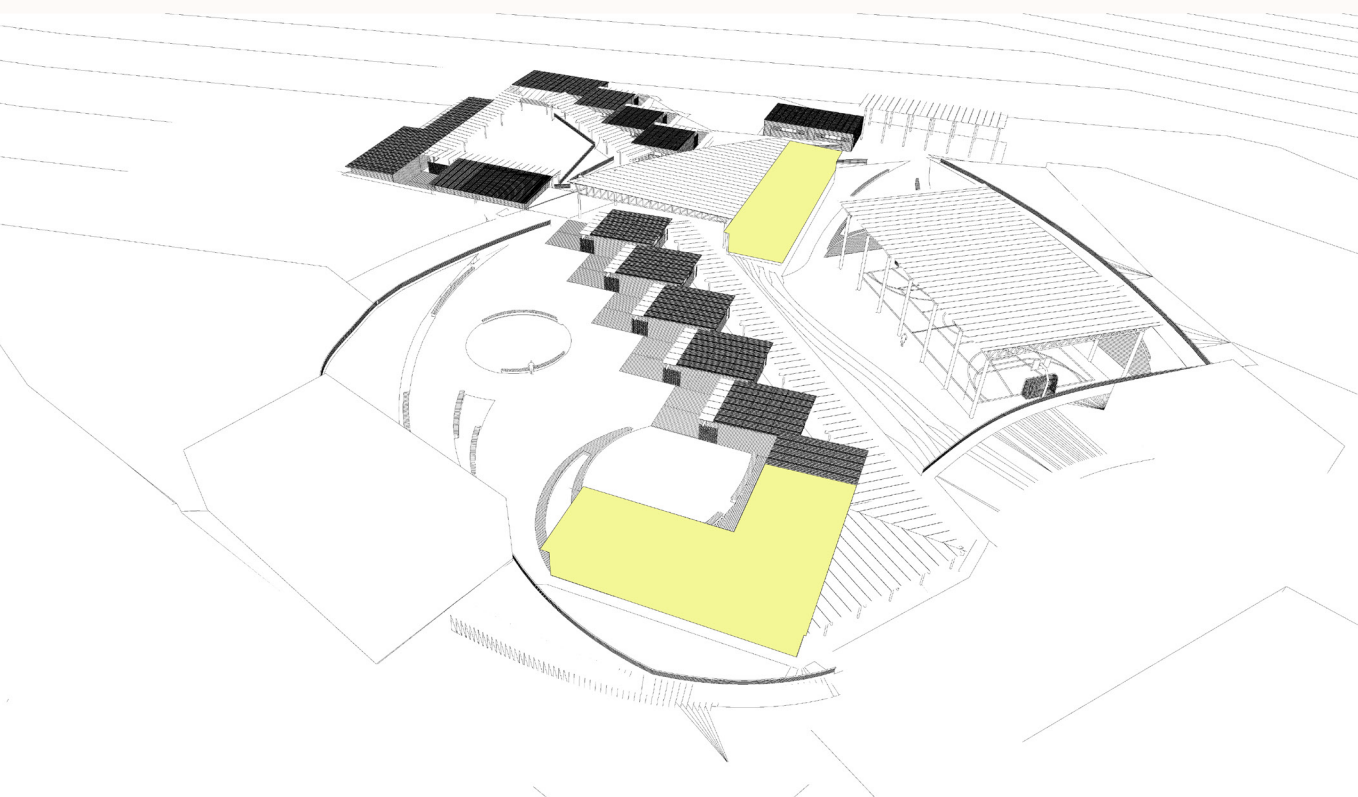


CORTE A-A'
esc.: 1:750







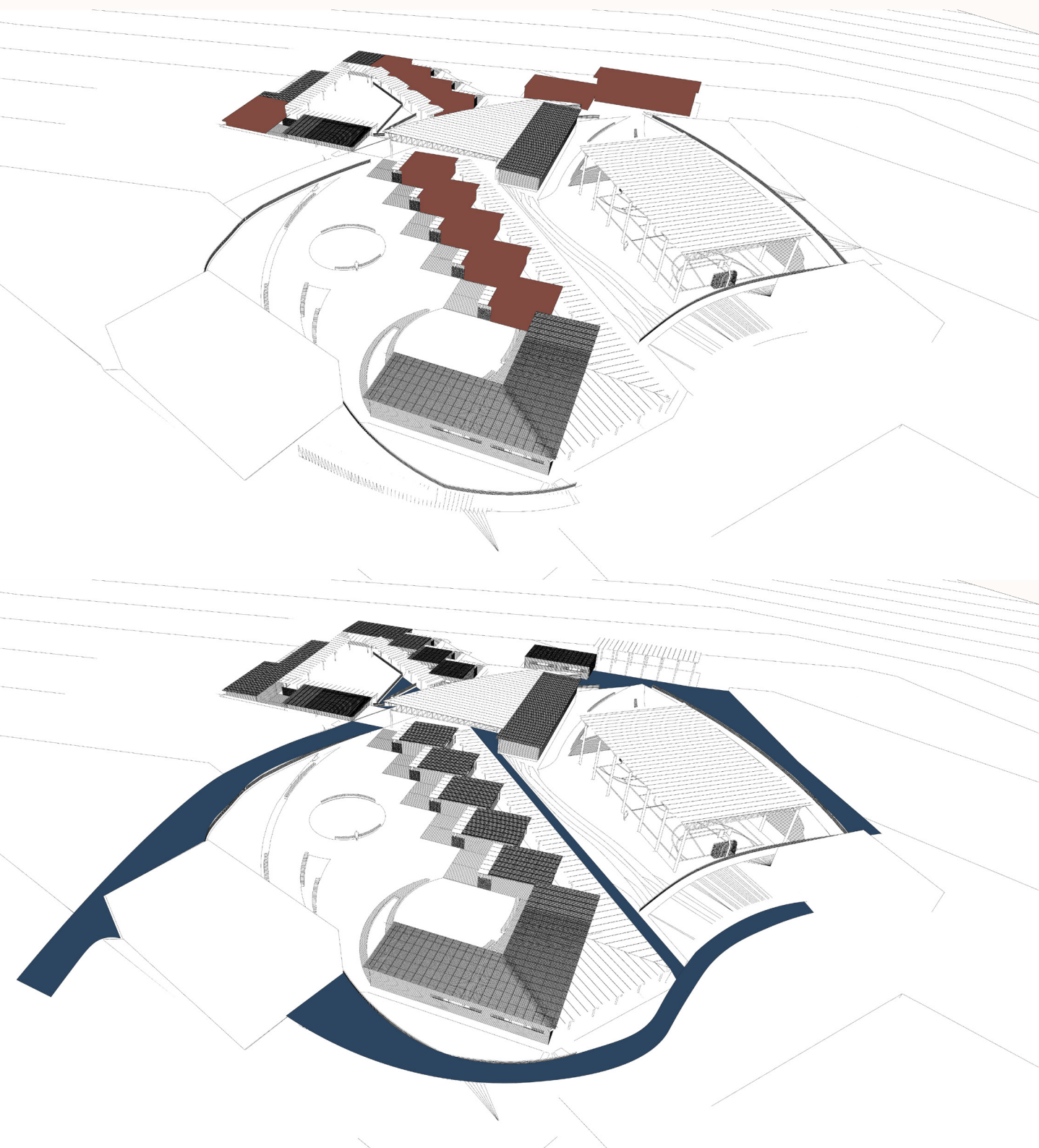


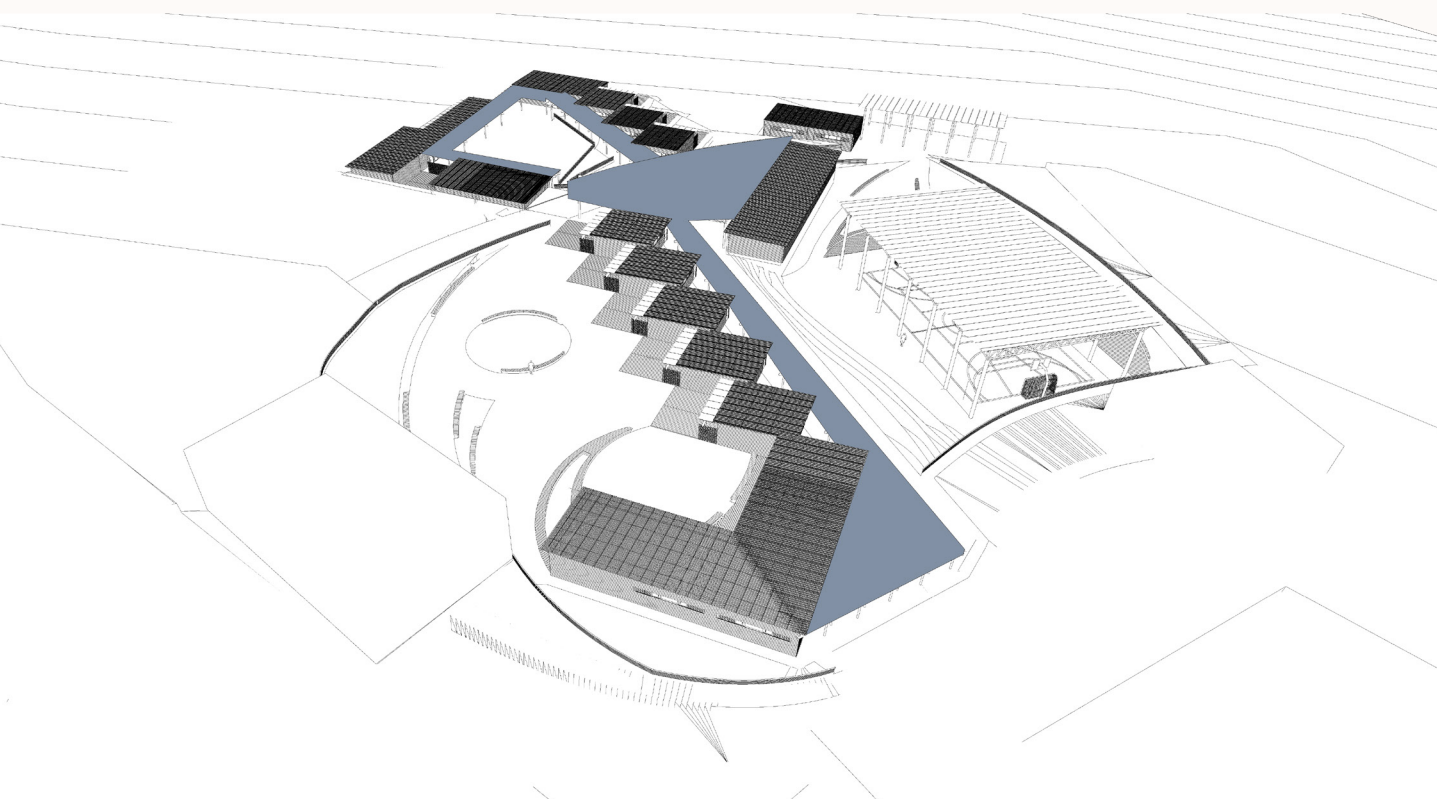
diagramas de explicação do programa do projeto

pré-existências
 uso público
 Administração

A partir das diretrizes projetuais apresentada anteriormente, iniciou-se a implantação dos blocos. O primeiro partido adotado foi a da instalação de um edifício de caráter de uso público na transição das lideranças para o setor da escola de fato - a intenção é estimular a convivência, já que a existência de um elemento de interesse público agregaria todas as pessoas do PDS, de qualquer movimento ou faixa etária. Por isso, ao lado da cooperativa, no caminho para a sede, a estratégia adotada foi a implantação de uma biblioteca.

Do mesmo modo, a área administrativa desde sua concepção foi pensada na parte posterior do lote, justamente para que fosse com os jovens a proximidade maior com as lideranças, com a cooperativa, e com essa variedade de perfis de assentados que frequentariam a biblioteca - um único módulo, a secretaria, foi colocado no início do percurso, já que a recepção e orientação aos pais e transitantes seria necessária.



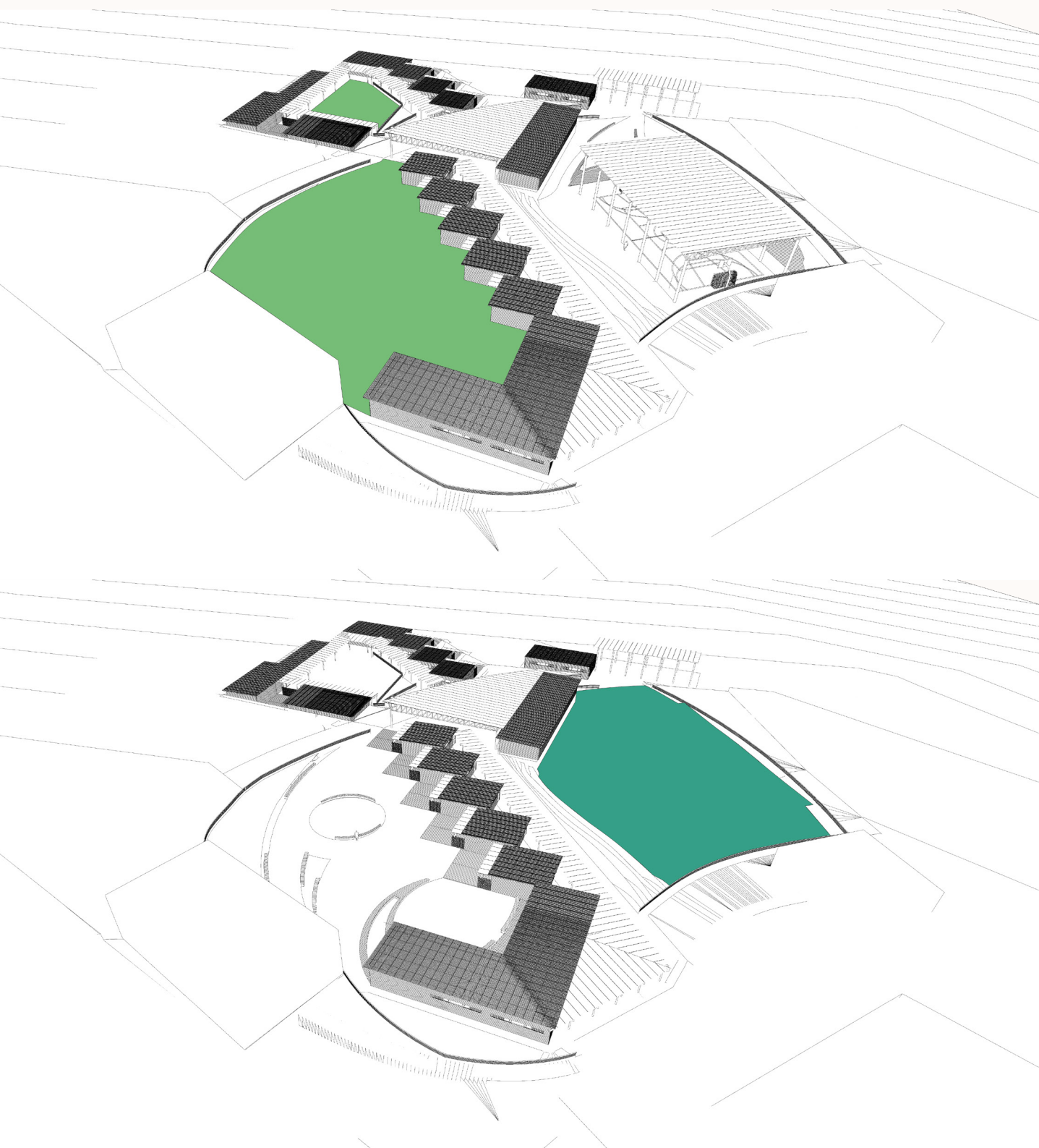


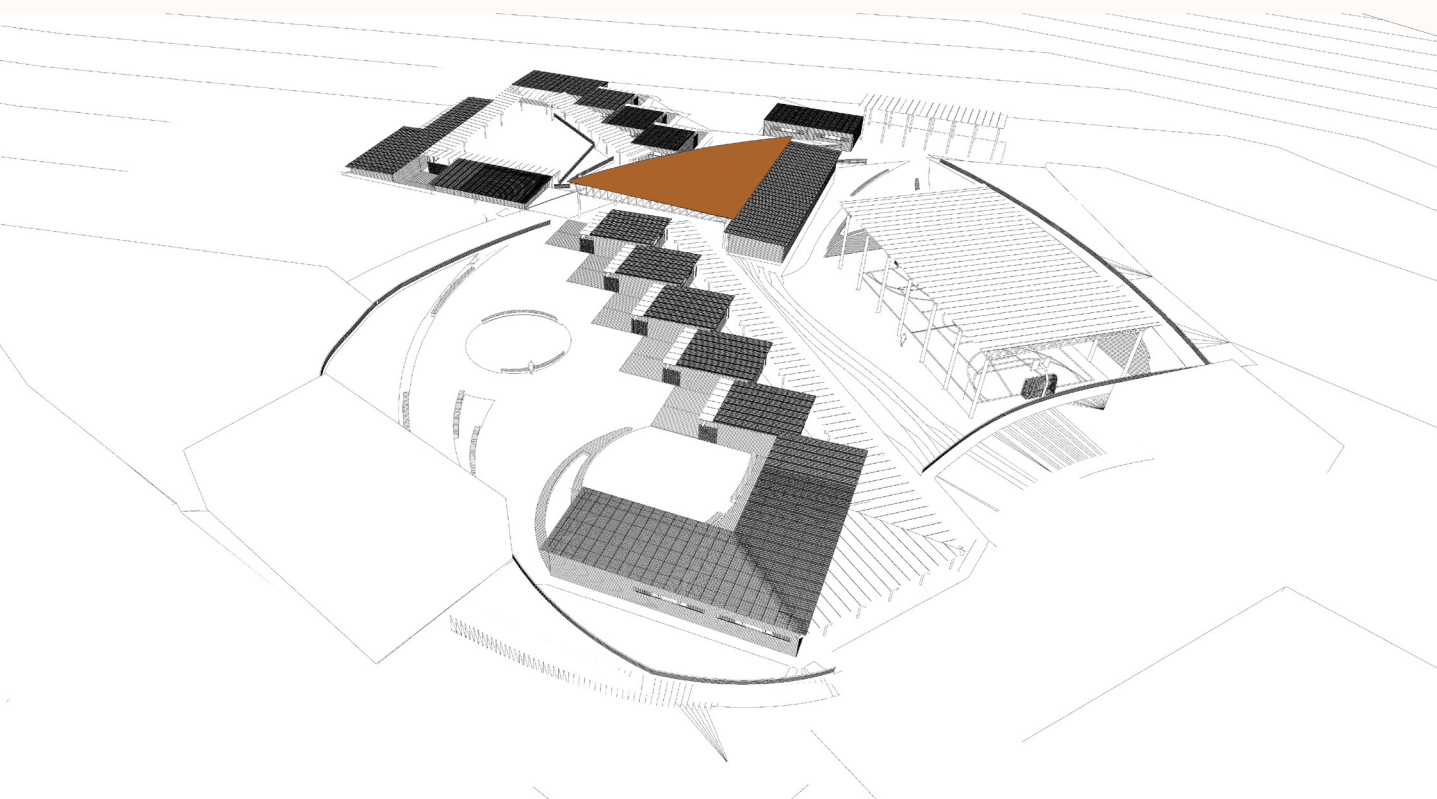
diagramas de explicação do programa do projeto

blocos didáticos
 percurso coberto
 percursos descobertos



O segundo partido adotado foi a implantação de 8 salas de aula - 5 para serem utilizadas para o ensino fundamental em revezamento de turnos, e 3 para o ensino médio. Além disso foram previstos laboratórios e uma área de apoio à educação com a terra. Cada módulo de sala de aula possui 7x7 de dimensão, com estrutura auto-portante de CLT e conta com um deck de mesma área na saída posterior, criando uma ambiência que remete às varandas das habitações rurais, e podendo ser utilizado para estar ou atividades didáticas ao ar livre.

O desenho final da escola do campo apresenta capacidade de 250 a 320 alunos para cada turno de aula.





diagramas de explicação do programa do projeto

 pátio descoberto  pátio coberto  área de esportes

Para momentos de integração e intervalo, foram previstos 4 pátios - uma área esportiva, uma área coberta no ponto nodal do projeto, uma área aos pés da árvore nativa pré-existente no lote, e um espaço contido, com entrada pelas salas de aula de ensino fundamental. A decisão pelo pátio contido se deu pela maior necessidade de supervisão aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

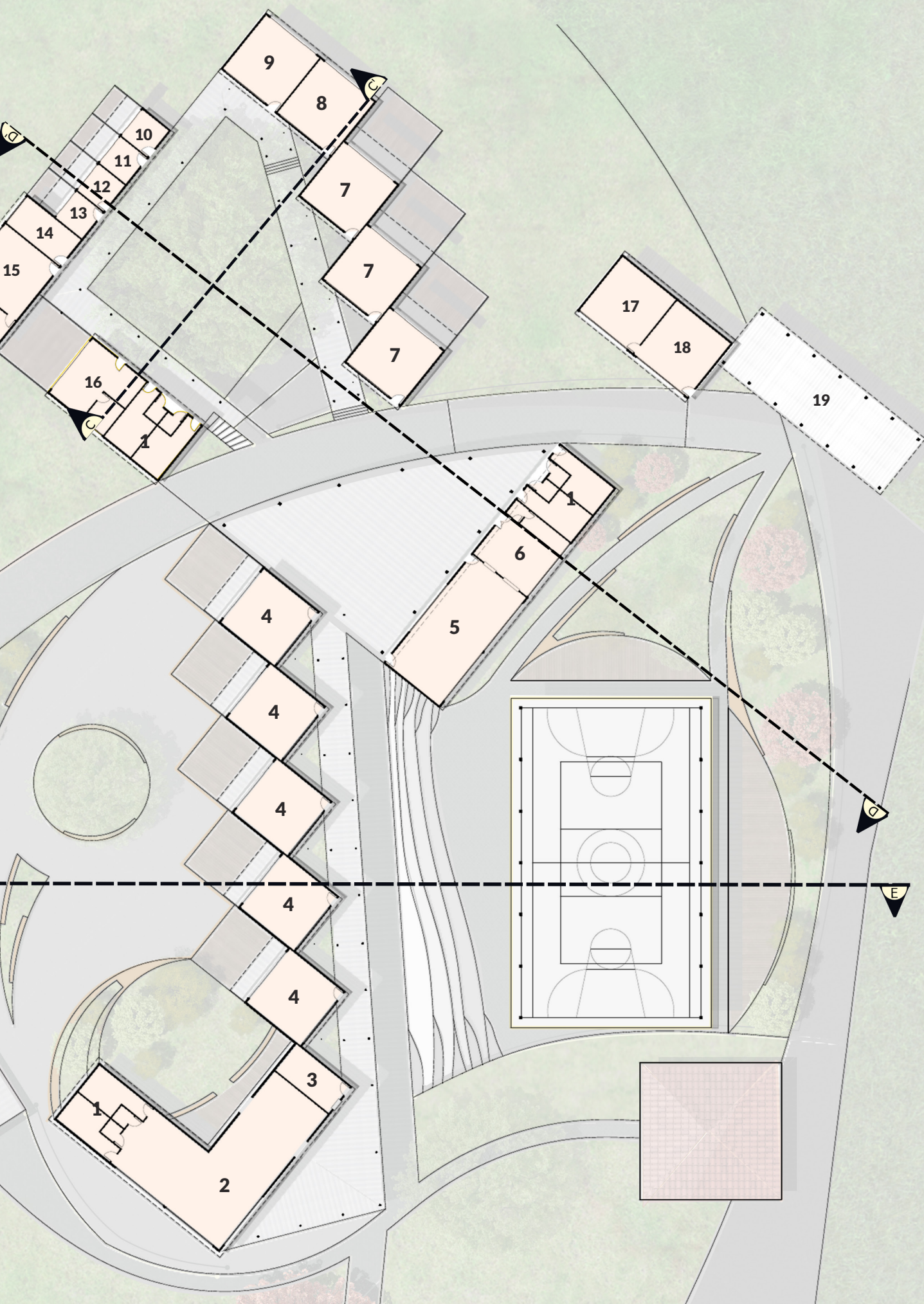
1. Banheiro
2. Biblioteca
3. Secretaria
4. Salas de ensino fundamental
5. Refeitório
6. Cozinha
7. Salas de ensino médio
8. Laboratório de informática
9. Sala da reuniões
10. Diretoria
11. Vice-diretoria
12. Coordenação
13. Depósito
14. Enfermaria
15. Laboratório de ciências
16. Sala dos professores
17. Armazenamento da produção dos alunos
18. Ferramentas de trabalho com a terra
19. Estufa experimental



PLANTA BAIXA

esc.: 1: 500









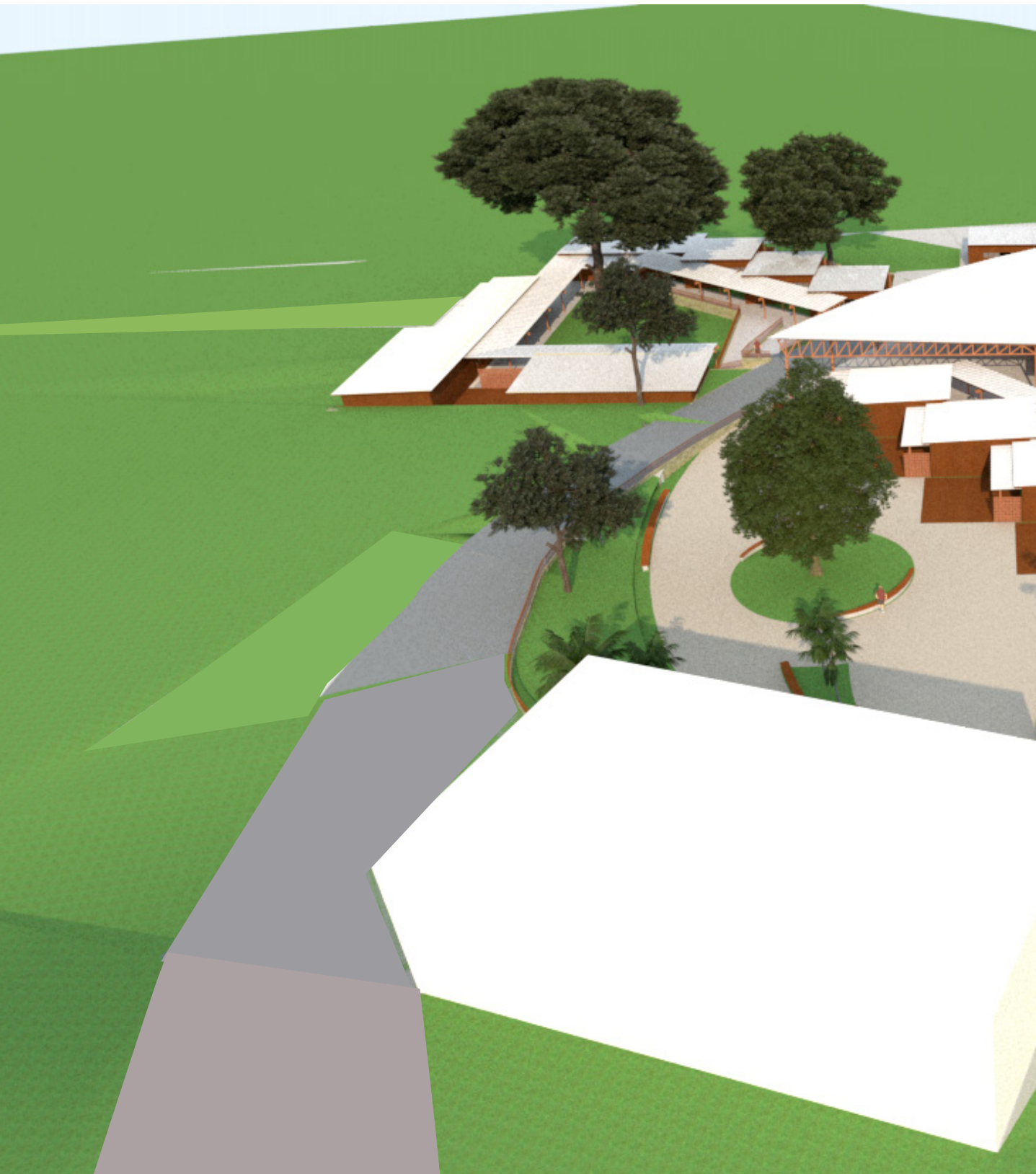
CORTE E-E'



CORTE D-D'









REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; GUEDES, André Dumans; JABACE, Laís (Orgs.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Coleção território, ambiente e conflitos sociais, nº 5. IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

AGUIAR, Vandeí Junqueira. **Proposta de comuna da terra no assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto - SP**. Trabalho de monografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. **O movimento Sem Terra e a Educação: a perspectiva da construção de um novo homem e de continuidade do Movimento**. In: João Pedro Stédile. (Org.). *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, v. , p. 243-262.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço “concebido” e o espaço “vivido” da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

AZEVEDO, Rosaly Stange; SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. **Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos?** Geografia (Londrina) v. 26. nº. 2. p. 58 – 77, jul/dez, 2017.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Economia Agrária**. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 7(1):43-81. Maio de 1997.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MOREIRA, Nanci Saraiva. **Construção escolar - Desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando a democratização do campo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O Campo no Século XXI : território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PAULA, Adalberto Penha de. **Educação do campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2013.

PERES, Renata Bovo. **Habitação rural. Discussão e diretrizes para políticas públicas, planejamentos e programas habitacionais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Revista NERA – ANO 14, No. 18 – Janeiro/Junho de 2011 – ISSN: 1806-6755

SANTOS, Gilvan. **Construtores do futuro**. Intérprete: Gilvan Santos. In: (MST) Cantares da educação do campo, 2006, Faixa 15. Disponível em <<https://goo.gl/Nsj2mg>> Acesso em 22 de Novembro de 2018.

SELEGUIM, Fernanda. **Levantamento do estado da arte da bibliografia sobre habitação para o agricultor familiar no Brasil entre 1988 e 2017**. Relatório de Iniciação Científica. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP). São Carlos, 2018.

SILVA, C. M. G. **Habitação Rural: uma luta por cidadania**. São Paulo: USP, 2014. 152f. Dissertação de Mestrado - Departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2014.

VALADARES, Alexandre Arbex. **O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília, março de 2014.

VALADARES, Alexandre Arbex; FERREIRA, Brancolina; BERSE, LAMBAIS, Guilherme Berse R.; MARTINS, Leonardo Rauta; GALIZA, Marcelo. **Os Significados da Permanência no Campo: vozes da juventude rural organizada**. In: ANDRADE DA SILVA, Enid Rocha; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Orgs.). *Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas*. Brasília : Ipea, 2016. 329 p.

VALENTE, Sibelie Souto. **Estratégias de constituição histórica de uma escola rural**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2008.

